



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ANDERSON DOS SANTOS TEIXEIRA

**A INSERÇÃO DA ECONOMIA BAIANA NO NOVO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DOENÇA
HOLANDESA E REPRIMARIZAÇÃO**

Salvador

2013

ANDERSON DOS SANTOS TEIXEIRA

**A INSERÇÃO DA ECONOMIA BAIANA NO NOVO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DOENÇA
HOLANDESA E REPRIMARIZAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial a obtenção do título de graduado em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras

Co-orientador: Prof. César Vaz de Carvalho Júnior

Salvador

2013

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso CRB 5-1092

T266	Teixeira, Anderson dos Santos
2013	A inserção da economia baiana no novo modelo de desenvolvimento do Brasil: desindustrialização, doença holandesa e reprimarização / Anderson dos Santos Teixeira. – Salvador, 2013
	63p. tab. il. fig. graf.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia , Universidade Federal da Bahia, 2013.
	Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras
	1. Economia baiana 2. Desenvolvimento econômico - Brasil 3. Industrialização I. Teixeira, Anderson dos Santos. II. Filgueiras, Luiz Antonio Matos III. Título
	CDD 330.981

ANDERSON DOS SANTOS TEIXEIRA

A INSERÇÃO DA ECONOMIA BAIANA NO NOVO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DOENÇA
HOLANDESA E REPRIMARIZAÇÃO.

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Economia, Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em

Banca Examinadora

Orientador: _____

Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Faculdade de Economia da UFBA

Dedico este trabalho a meus pais,
meus grandes educadores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e pelo direcionamento, pois assim tive possibilidade de chegar à realização deste trabalho. Agradeço aos meus pais, meus grandes educadores que desde a infância me incentivaram e me deram total apoio na realização dos meus estudos. Agradeço também a meu irmão e minha irmã pelas palavras de conselho e carinho. Agradeço a minha namorada, amiga e companheira pela paciência e por toda motivação na realização desta monografia. Agradeço aos meus familiares, principalmente aos meus primos que tanto me incentivaram na continuação dos meus estudos. Agradeço também aos meus amigos por todo apoio.

Agradeço também ao professor Luiz Filgueiras pela orientação, compreensão e atenção, pelos ajustes no meu projeto monográfico que assim culminou nesta monografia. Agradeço ao professor Cesar Vaz que em todo processo exerceu a função de um co-orientador, tirando minhas dúvidas, não me deixando fugir da temática do trabalho. Agradeço também a toda equipe da Associação de Usuários dos Portos da Bahia (USUPPORT) pelo apoio, pelo direcionamento profissional e pelas grandes discussões que originaram a ideia da construção da temática desta monografia.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma discussão sobre o processo de desenvolvimento atualmente em curso no Brasil; em especial o papel da economia baiana nesse novo contexto e como vem se dando sua inserção nesse novo padrão de desenvolvimento. Para isso, considera-se, inicialmente, que esse processo vem sendo marcado pela ocorrência de três fenômenos, mutuamente correlacionados, quais sejam: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. A Bahia é uma sub-região do Estado nacional, logo suas políticas de desenvolvimento industrial não são decididas e implementadas de forma autônoma, pois devem estar alinhadas com o projeto nacional, haja vista que o estado não tem controle sobre o câmbio e não dispõe de políticas macroeconômicas para impulsionar (estabilizar) a economia. Nesse sentido o atual processo de desenvolvimento, acompanhado pela desindustrialização, impacta a economia baiana em dois sentidos: 1- A desindustrialização nacional afeta negativamente as indústrias do território baiano, pois estas estão atreladas à produção de insumos básicos e algumas *commodities* intermediárias, que são fortemente demandas para a produção de bens finais no território nacional. 2- Em razão do novo padrão de desenvolvimento estar fortemente centrado na produção e exportação de *commodities*, agrícolas e industriais, essa nova tendência reafirma o padrão industrial baiano e reforça as suas exportações agrícolas.

Palavras-chave: *Commodities*. Economia baiana. Desindustrialização. Doença holandesa. Indústria. Reprimarização.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo vicioso da doença holandesa	22
Gráfico 1 – Taxa real efetiva de câmbio (RER) e taxa real de equilíbrio (RÊR) no Brasil – 1995-2010	24
Gráfico 2 – Desalinhamento cambial no Brasil – 1980-2010	26
Gráfico 3 – Indústria de transformação: valor adicionado e % do PIB no Brasil – 1990-2001	27
Gráfico 4 – Participação da indústria de transformação no emprego total do Brasil – 1990-2010	28
Gráfico 5 – Evolução da taxa de crescimento do PIB do Brasil – 1990-2012	28
Tabela 1 – Variação e distribuição das pessoas ocupadas segundo o setor de atividade no Brasil – 2000/2010	29
Gráfico 6 – Balança comercial dos setores industriais do Brasil por intensidade tecnológica – 1996-2011	30
Gráfico 7 – Saldo comercial por intensidade tecnológica (US\$ bilhões) do Brasil – 2000-2011	31
Quadro 1 – Saldo comercial da indústria brasileira por setores selecionados (em bilhões de US\$) – 2006-2011	32
Gráfico 8 – índices de preço <i>quantum</i> das exportações do Brasil (média de 2006=100) – 1990-2012	33
Gráfico 9 – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado (participação percentual sobre o total geral) – 1990-2012	34
Tabela 2 – Mapeamento de investimentos – 2006-2009, 2011-2014	37
Tabela 3 – Participação do Nordeste, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará no PIB do Brasil	41

Tabela 4 – Participação da Bahia, Pernambuco e Ceará no PIB do Nordeste	43
Tabela 5 – Fonte de financiamento dos investimentos nas empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari	47
Figura 2 – Participação do setor químico no valor agregado bruto da transformação industrial na Bahia – 1985-2004	49
Quadro 2 – Probahia: Projetos aprovados – 1992-1999	51
Tabela 6 – Taxa média de crescimento dos grandes setores de atividade do PIB por grandes setores de atividade do PIB por período – Bahia – 1975-2010	53
Tabela 7 – Composição setorial do PIB – Bahia – Períodos selecionados	54
Tabela 8: Estrutura do PIB por grandes setores – BAHIA – 1990, 1995, 2002, 2005 e 2010	54
Tabela 9 – Estoque de emprego formal por setores econômicos	55
Tabela 10 – Perfil das exportações (dez principais produtos) – Bahia – 2000	56
Tabela 11 – Perfil das exportações (dez principais produtos) – Bahia – 2012	56
Gráfico 10 – Exportações da Bahia por fator agregado – 1991-2012	57
Tabela 12 – Investimentos realizados por atividade econômica – Bahia – 2000-2010	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O(S) CONCEITO(S) DE DOENÇA HOLANDESA, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPROMARIZAÇÃO	14
3	A ECONOMIA BRASILEIRA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO	23
4	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA	38
4.1	A INDÚSTRIA BAIANA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	38
4.1.1	A década de 1950: implantação da refinaria Landulpho Alves e a produção de <i>commodities</i> intermediárias	39
4.1.2	A década de 1960: o centro industrial de Aratu	45
4.1.3	As décadas de 1970 e 1980: o complexo petroquímico de Camaçari e a consolidação industrial	45
4.1.4	A década de 1990 e a primeira década do século XXI: da competição fiscal a produção de bens finais	48
5	AS REPERCUSSÕES DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL SOBRE A BAHIA	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A industrialização do Brasil começou a se constituir, de fato, a partir da década de 1930, acelerando-se no segundo governo do presidente Getúlio Vargas; posteriormente, deu um grande salto com o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, e continuou os seus desdobramentos com o II PND no Governo Geisel.

Entretanto, na década de 1990 com a implantação das políticas neoliberais pelo governo do presidente Fernando Collor, como consequência das turbulências econômicas, políticas e sociais que o país vinha enfrentando desde a década de 1980 (“década perdida”), a economia brasileira iniciou um processo de desindustrialização e reprimarização. Tal processo se agravou posteriormente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso com a implantação do Plano Real, que culminou em maior exposição da economia brasileira ao mercado internacional e também pela desnacionalização e privatização de importantes empresas do setor industrial brasileiro, como o de telecomunicações.

Segundo Cano (2012, p.2), não há, na história, nenhum país que se desenvolveu prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel de seu Estado Nacional. Assim como nos demais países, que implantaram seu processo de industrialização com forte presença do poder estatal, no Brasil o processo de industrialização ocorreu de forma semelhante. O Estado foi o principal protagonista das políticas industriais e da captação de recursos externos para investir e diversificar o parque industrial nacional.

Tendo em vista essas novas circunstâncias, a questão que se propõe estudar nesse trabalho é a seguinte: como a existência de um novo padrão de desenvolvimento da economia brasileira, que vem se constituindo desde os anos 1990 através da adoção de políticas neoliberais - e que vem desencadeando um processo de desindustrialização e reprimarização da economia – impactou e se reproduziu na economia baiana?

Além desta Introdução, a monografia consta de mais quatro capítulos. No próximo capítulo é feito uma revisão da literatura, visto o referencial teórico, com a síntese dos principais conceitos (autores) sobre desindustrialização, doença holandesa e reprimarização.

O conceito “clássico” de desindustrialização na literatura econômica foi concebido por Rowthorn e Rasmawany (1999); esses autores definiram a desindustrialização como a redução persistente do emprego industrial no emprego total de um país ou região. A desindustrialização é um fenômeno que pode ser positivo para a economia ao fazer migrar para outros países as indústrias intensivas em mão de obra, pois devido aos avanços em pesquisa e desenvolvimento (P&D) os produtos de maior intensidade tecnológica e maior valor agregado passam a integrar com mais força a produção industrial e a pauta de exportações, reduzindo-se, assim, o número de trabalhadores (menos qualificados). A desindustrialização também pode ocorrer de forma negativa, esta se refere às consequências da doença holandesa que causa sobrevalorização cambial, que acarreta perda de competitividade do setor industrial. Este tipo de desindustrialização difere do processo “natural” nos países desenvolvidos, pois ocorre com uma renda (*per capita*) inferior, que seria em torno de US\$ 25.000, e pode ter como consequência a reprimarização da economia. O conceito de Reprimarização diz respeito à estrutura produtiva da economia de um país, em que a produção de bens primários (recursos naturais), de baixo valor agregado e baixo teor tecnológico aumenta sistematicamente sua participação na geração de renda e atração de investimentos. A reprimarização da economia também pode ser entendida como uma especialização regressiva ou retrograda, analisando-se pela ótica do mercado internacional, isto é, pela forma particular de inserção de um país no comércio internacional como ofertante de produtos de baixo valor agregado, como *commodities* agrícolas ou minerais.

No referido capítulo também é mostrado o surgimento do termo “doença holandesa” pela revista *The Economist* em 1977. Nos anos sessenta a economia holandesa passou por um período de descoberta de grandes reservas de gás natural em seu território, o que aumentou o fluxo de moeda estrangeira para o país, desencadeando uma sobrevalorização da taxa de câmbio, fazendo com que as exportações de bens manufaturados declinassem – tendo como consequência a queda da produção destes bens. Tais acontecimentos conjugados na economia holandesa estabeleceu o conceito “clássico” de “doença holandesa”. A “doença holandesa”, desde então, passou a fazer parte dos estudos e pesquisas em economia e o conceito “clássico” de doença holandesa foi ampliado. No decorrer do capítulo é apresentada a abordagem ricardiana do conceito de doença holandesa, elaborado por Bresser-Pereira (2010). A doença holandesa desencadeia uma sobreapreciação crônica da taxa de câmbio que inviabiliza as exportações de bens comercializáveis e acarreta a queda nos investimentos produtivos, haja vista que o autor considera tais variáveis como as mais relevantes do lado da demanda. Nesse

sentido, a doença holandesa poderia ser compreendida como uma externalidade negativa, grave “falha de mercado”, dado que decorre da existência de recursos naturais baratos e abundantes usados para produzir *commodities*, que são compatíveis com uma taxa de câmbio mais apreciada do que aquela necessária para tornar competitivos os demais setores de bens comercializáveis. Isto quer dizer que o país, ao manter uma taxa de câmbio sobreapreciada, que é compatível com a produção e exportação de recursos naturais em detrimento dos setores industriais da economia – que tem maior impacto no crescimento e desenvolvimento econômico – conduz o país à sua posição ricardiana natural.

Palma (2005), na mesma linha de Bresser-Pereira (2010), estabeleceu uma extensão do conceito “clássico” de doença holandesa. De acordo com o autor, além da existência de recursos naturais abundantes, mão-de-obra barata (Bresser-Pereira) e serviços de turismo, as políticas macroeconômicas adotadas pelos países, em especial, os países do chamado cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) também corroboram em grande medida para a sobreapreciação da taxa de câmbio e desencadeiam o fenômeno denominado de desindustrialização negativa. Isto ocorreu em razão das políticas macroeconômicas e reformas liberais que ocorreram na América Latina desde os anos 1980.

No terceiro capítulo, de cunho mais empírico, é analisado, a partir da comparação das principais variáveis apresentadas pela literatura sobre a desindustrialização e reprimarização de uma economia, como esse processo se faz presente na economia brasileira e quais seus principais desdobramentos. Os dados foram retirados de órgãos oficiais de estatística e de centros de estudos que debatem o assunto.

No quarto capítulo é feita uma análise da evolução da industrialização da Bahia, destacando suas principais características. A Bahia constitui-se de uma sub-região que compõe a unidade nacional, não possuindo, portanto, autonomia para estabelecer políticas macroeconômicas e políticas industriais, de modo que seu crescimento e desenvolvimento estão atrelados à economia nacional que, por sua vez, está condicionada ao cenário externo. A economia baiana, desde seus primórdios, voltou-se para produção de bens primários, constituindo um modelo de produção agroexportador que evoluiu e se especializou na produção de *commodities* intermediárias e insumos básicos. Segundo Teixeira e Guerra (2000) a Bahia desde 1950 sofreu grandes transformações em sua dinâmica industrial com políticas

estratégicas orientadas pelo poder estatal, que culminou na década com a instalação de uma refinaria da Petrobras em Madre de Deus.

Na década seguinte, com os incentivos fiscais, foi implantado o Centro Industrial de Aratu (CIA), que trouxe dinamismo ao processo de industrialização da Bahia. Nas décadas de 1970 e 1980 consolidaram-se os investimentos feitos nas décadas anteriores, principalmente nos setores químico e petroquímico. Na década de 1990 o ciclo industrial sofreu reversão como consequência das instabilidades ocorridas na economia brasileira; entretanto, no final da década e início do século XXI, com a implantação de projetos automobilísticos, a Bahia passou a produzir alguns bens finais.

No quinto capítulo através da análise de alguns indicadores econômicos é visto como está configurada a dinâmica da economia baiana no novo processo de desenvolvimento nacional de desindustrialização e reprimarização da economia.

Como se observa, a Bahia complementa a matriz industrial nacional, de modo que nos períodos de expansão do processo de industrialização do país foram implantadas importantes indústrias de insumos básicos e intermediários na região - que trouxeram mudanças importantes na composição setorial da economia, modernizando o setor de bens básicos e primários que constituíram uma característica histórica do desenvolvimento da economia do estado. Em suma, embora se modernizando, com a instalação de indústrias, a economia baiana reafirmou sua condição de fornecedora de insumos intermediários para o centro-sul e o mercado internacional. A mudança mais relevante, em relação aos traços característicos da economia baiana, ocorreu em grande medida com a implantação de projetos automobilísticos e de pneus; bens finais que produzem um efeito multiplicador com capacidade de atrair e expandir outros setores industriais.

Esse debate é importante à medida que ganha força no cenário político e econômico nacional as discussões e divergências acerca da existência, ou não, de um processo de desindustrialização, reprimarização e doença holandesa na economia brasileira; bem como a sua forma de inserção comercial, além dos impactos nas economias regionais.

A desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, apesar das vantagens competitivas do agronegócio brasileiro, trazem consequências negativas para o

desenvolvimento do país. A indústria perde competitividade no cenário nacional e internacional, não gerando as externalidades positivas inerentes à sua atividade, o que piora o quadro econômico-social do país, assim como sua inserção externa. Apesar do crescimento da economia baiana ser beneficiado, no curto prazo, por esse novo padrão de desenvolvimento, faz-se necessária a introdução, pelo Estado, de políticas industriais para inserir o país, e conseqüentemente a Bahia, no novo paradigma tecnológico mundial (microeletrônica) e assim modernizar o parque industrial brasileiro.

Por fim, na conclusão é mostrado como a Bahia insere-se na desindustrialização e reprimarização do Brasil e quais os efeitos desse processo na economia baiana, com os comentários finais sobre o trabalho.

2 QUADRO REFERENCIAL TEMÁTICO/TEÓRICO

2.1 OS CONCEITOS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO, REPRIMARIZAÇÃO E DOENÇA HOLANDESA

Um estudo “clássico” sobre a desindustrialização foi desenvolvido por Rowthorn e Ramaswamy (1999), no qual os autores conceituaram o processo de desindustrialização como sendo uma redução contínua e persistente da participação do emprego industrial no emprego de um país ou região. O estudo foi realizado tendo como base uma amostra contendo alguns países desenvolvidos; posteriormente os conceitos estabelecidos pelos autores foram estendidos e replicados para os demais países do globo de acordo com as características de cada economia.

Tregenna (2009) ampliou o conceito “clássico” de desindustrialização, definindo-a como uma situação em que tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria caem como proporção, respectivamente, do emprego total e do PIB.

A desindustrialização assume formas distintas, variando de acordo com as características da economia de cada país. A desindustrialização nos países desenvolvidos é tida como um processo “natural” da economia nos quais, ao chegarem a um estágio de desenvolvimento mais elevado e alcançar determinado PIB (*per capita*), cerca de US\$ 25.000, a elasticidade renda da indústria é menor do que a elasticidade renda do setor serviços. Neste caso, tem-se uma desindustrialização positiva que, historicamente, foi reforçada pela reestruturação produtiva nos anos 1970 - quando tais países entraram em um novo paradigma tecnológico. A Terceira Revolução Industrial¹ (microeletrônica) agrega mais valor aos produtos com a introdução de maior conteúdo tecnológico. Essas indústrias, por serem intensivas em tecnologia, empregam poucos trabalhadores, porém com maior qualificação, diversificando a produção e a pauta de exportações destes países com produtos de alto valor agregado. As suas indústrias mais intensivas em mão de obra são deslocadas para os países periféricos. A maioria das indústrias instaladas no México foram em grande medida deslocadas dos E.U.A em consequência do processo da desindustrialização positiva. As indústrias intensivas em

¹ A Terceira Revolução Industrial impulsionou a reestruturação produtiva nos anos 1970 e também a Globalização que transformou os modos de produção (as formas de trabalho), modificando a maneira de inserção dos países na economia (mercado) global.

mão-de-obra são transferidas para o território mexicano, os produtos são confeccionados (agregação de valor) e os bens finais são remetidos para fora do país. Este tipo de indústria ficou conhecida como maquiladora.

A desindustrialização também pode ser negativa, devido à inserção internacional do país, quando a economia atinge precocemente o processo de desindustrialização. Isto ocorre por conta da doença holandesa, que se manifesta pela sobrevalorização da taxa de câmbio, gerando déficits crescentes na balança comercial (conta de Transações Correntes) pela exportação de recursos naturais abundantes e/ou serviços financeiros e de turismo. Essa apreciação cambial faz a indústria perder competitividade tanto no mercado internacional, quanto no mercado interno. No entanto, os setores intensivos em recursos naturais e mão-de-obra mantém suas respectivas competitividades, levando, assim, a economia do país a um processo de desindustrialização precoce. Esse tipo de desindustrialização, também chamada de negativa, decorre da presença da doença holandesa. Desde a implantação das políticas neoliberais na década de 1990 e principalmente nos anos 2000 o Brasil vem sofrendo deste tipo de desindustrialização (em detalhes no terceiro capítulo).

O termo doença holandesa foi cunhado pela primeira vez pela Revista *The Economist*, no ano de 1977. Nos anos sessenta a economia holandesa passou por um período de descoberta de grandes reservas de gás natural em seu território. A descoberta deste recurso natural em abundância, fez com que aumentasse o fluxo de moeda estrangeira para o país, desencadeando uma sobrevalorização da taxa de câmbio, fazendo com que as exportações de bens manufaturados declinassem - tendo como consequência a queda da produção destes bens. Esses acontecimentos conjugados na economia holandesa estabeleceu o conceito “clássico” de doença holandesa.

Com a observação feita pela Revista *The Economist*, sobre o fenômeno cunhado pela mesma como doença holandesa, os economistas começaram a pesquisar sobre as causas desta doença e vários estudos² foram elaborados. Dentre eles encontra-se a avaliação de Bresser-Pereira (2010) sobre o assunto, em que o autor chama atenção, primeiramente, para a importância da indústria manufatureira (transformação) alinhada com uma taxa de câmbio competitiva para

² A partir do conceito “clássico” de doença holandesa foram feitas várias extensões e abordagens sobre o tema, entretanto, devido à complexidade (e controvérsias) sobre o assunto e a vasta literatura existente, nesta monografia são abordados além do conceito “clássico” de doença holandesa, a visão Ricardiana de Bresser-Pereira (2010) e o conceito ampliado de Palma (2005), considerado o mais completo até aqui.

que os países tenham possibilidade de alcançar o desenvolvimento econômico, como ocorrido no Japão, na Alemanha, na Itália e, mais recentemente, na Coreia do Sul.

Segundo Bresser-Pereira (2010) a doença holandesa é uma grave “falha de mercado”, ou seja, uma externalidade negativa. Isto, porque o autor considera as exportações como a principal variável da demanda para a geração de empregos e com capacidade de resolver os problemas de insuficiência de demanda, pois:

Na demanda, constituída pelo consumo, os investimentos, os gastos públicos e o saldo comercial, a variável chave são os investimentos e as exportações porque são aquelas que podem ser aumentadas sem se incorrer em custos de diminuição de poupança como é o caso do consumo ou de desequilíbrio fiscal como é o caso do gasto público. Não apenas elas representam diretamente demanda quando há saldo nas transações comerciais, mas, além disso, elas estimulam a variável principal da demanda – os investimentos – que operam tanto do lado da oferta quanto da demanda. As exportações são assim mais estratégicas para resolver os problemas de insuficiência de demanda ou de desemprego (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 118-119).

Partindo deste princípio o autor inova, estende o conceito “clássico” de doença holandesa, não o limitando somente a existência de recursos naturais abundantes em um território. De acordo com o autor, a existência de mão-de-obra barata e em larga escala gera uma grande divergência entre o leque salarial dos trabalhadores menos qualificados e mais qualificados (engenheiros e administradores). Tal diferença tende a ser mais profunda nos países atingidos pela doença holandesa do que nos países ricos. Como visto, anteriormente, nos países ricos a doença holandesa acarreta o fenômeno da desindustrialização positiva, enquanto nos países em desenvolvimento ocorre o oposto, a desindustrialização negativa, esta que é mais nociva e põe em risco a dinâmica da indústria de transformação dos países.

Na presença da doença holandesa, desta grave “falha de mercado”, os países encontram um obstáculo fundamental para alcançar seu crescimento econômico. A explicação de Bresser-Pereira (2010) para este fenômeno é que com a abundância de recursos naturais, os países passam a produzir *commodities* em larga escala, que são demandadas em elevadas quantidades no mercado mundial, ocasionando grandes fluxos de capitais estrangeiros para os países, fazendo a taxa de câmbio ficar sobreapreciada de tal maneira que inviabiliza a produção em níveis competitivos dos bens comercializáveis. Entretanto a taxa de câmbio neste patamar é condizente com a estrutura do mercado de *commodities*, ou bens não comercializáveis. “A doença holandesa conduz a uma taxa de câmbio que inviabiliza

potencialmente a produção de bens comercializáveis, que não usam os recursos que lhe dão origem.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 125) Este duplo efeito da doença holandesa na taxa de câmbio causa um desalinhamento e/ou um desequilíbrio cambial entre a taxa de equilíbrio de mercado que dê sustentabilidade para o desenvolvimento da produção industrial e de *commodities* (agrícolas e minerais) e a taxa de câmbio de longo prazo que é delineada pela doença holandesa.

Essa assimetria entre a taxa de câmbio compatível com o desenvolvimento equilibrado entre o setor industrial e o setor produtor de *commodities*³, faz com que o setor intensivo em recursos naturais suplante o setor provedor de grandes possibilidades de incremento tecnológico (inovação), geração de empregos, produção de produtos com maior teor tecnológico e com maior valor agregado, causando assim, estagnação (ou retrocesso) do setor industrial, fazendo o país retornar a sua posição ricardiana natural⁴ de mero produtor e ofertante de produtos primários (*commodities*) no mercado internacional. “Se a industrialização não avançar e se diversificar, a modernização agrícola ou fica obstada ou dependerá de grandes importações de insumos modernos e de bens de capital.” (CANO, 2012, p. 2).

Palma (2005) estabeleceu uma extensão do conceito “clássico” de doença holandesa, considerado até aqui o conceito mais completo sobre o tema. Na concepção do autor, além da existência de recursos naturais abundantes (conceito “clássico”), os serviços de turismo e as políticas macroeconômicas adotadas pelos países, em especial, os países do chamado cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) também corroboram em grande medida para o surgimento da doença holandesa e a conseqüente sobreapreciação da taxa de câmbio, tendo por resultado o fenômeno denominado de desindustrialização. Isto ocorreu em razão das

³ Nakhodo e Jank (2006) definem *commodities* como produtos padronizados e não diferenciados, cujos preços são normalmente formados em bolsas de mercadorias do próprio país ou no exterior. Como os preços das *commodities* são em grande medida fixados pelo mercado (fácil arbitragem nas bolsas de mercadorias), um produtor individual tem pouco ou nenhum controle sobre essa variável, o que torna a “liderança em custos” a sua principal estratégia competitiva.

⁴ O termo posição ricardiana é derivado do conceito das vantagens comparativas de David Ricardo em que “No sistema comercial perfeitamente competitivo livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio.” (RICADO, 1982, p. 104).

políticas macroeconômicas e reformas liberais que ocorreram na América Latina desde os anos 1980, exceto no Brasil e no Peru.

O conceito de doença holandesa elaborado por Palma está diretamente relacionado com o fenômeno da desindustrialização. O autor faz uma comparação entre os países que sofreram com a doença holandesa na Europa (especificamente, Holanda) e os países latino-americanos (Brasil, Chile, Argentina e Uruguai). Segundo os grupos apresentados, no caso holandês a doença holandesa não deu origem a uma desindustrialização severa, pois o país possuía um parque industrial consolidado e diversificado, entretanto no caso dos países latino-americanos por mudanças nas políticas econômicas, os países retornaram para sua posição Ricardiana natural, de volta para sua posição de vantagem comparativa (PALMA, 2005). A desindustrialização os atingiu em um momento no qual suas políticas industriais estavam em maturação.

Para ter-se o pleno entendimento sobre as causas da doença holandesa, faz-se necessário compreender as diferenças entre os dois grupos que se baseiam as reflexões do autor:

I) A categoria “industrial”: Este grupo refere-se aos países que buscam superávit comercial na indústria. O autor subdivide este grupo em dois. i) Os países que buscam superávit comercial industrial para cobrir seus déficits comerciais em produtos primários e serviços. Estes países já possuem um parque industrial amplo, logo buscam consolidar-se como provedor de produtos diversificados no mercado internacional. ii) Os países que mesmo sendo capazes de gerar superávit em produtos primários ou serviços, buscam implementar uma pauta de industrialização que visa um superávit comercial na indústria. Estes países reconhecem a importância do setor industrial como propulsor do desenvolvimento econômico, logo estabelecem políticas públicas voltadas para a industrialização (PALMA, 2005, p. 12).

II) A categoria “produtos primários”: Este grupo refere-se aos países que possuem abundância em recursos naturais, não possuem políticas públicas e estímulos para o desenvolvimento de um parque industrial maduro e diversificado, logo para tentar diminuir o déficit comercial industrial buscam ter superávit no setor de recursos naturais.

Feita a apresentação dos grupos de países que atuam no comércio global, o autor esclarece as causas da doença holandesa:

A origem dessa ‘doença’ está no fato de que a relação entre o emprego industrial e a renda *per capita* tende a ser diferente em países em que estão seguindo uma pauta de desindustrialização para buscar gerar um superávit comercial na indústria, do que naqueles que estão contentes apenas em apenas atingir um déficit comercial industrial (tais como países ricos em recursos naturais e portanto capazes de gerar um superávit comercial em produtos primários que possam financiar seus déficits comerciais industriais) (...) Obviamente, a razão principal para os diferentes graus de industrialização desses dois grupos de países são suas diferenças em função de recursos de política de crescimento; esses fatores acabam sendo refletidos em seus padrões de comércio internacional e em sua política interna e estruturas – e emprego (PALMA, 2005, p. 12-14).

Quando o autor se refere à diferença entre o emprego industrial e a renda *per capita*, está situando o país em seu tipo de desindustrialização, positiva ou negativa, como foi visto, anteriormente com a abordagem do conceito “clássico” de desindustrialização por Rowtorn e Ramaswamy (1999). Os países do grupo I, que buscam superávit comercial na indústria, tendem a diversificar-se e ampliar seus investimentos em P&D, logo o ponto de inflexão para o processo de desindustrialização ocorre em um patamar de renda *per capita* mais elevado e nível técnico do emprego mais sofisticado, pois o setor industrial passa a agregar cada vez mais trabalhadores qualificados. A outra categoria do grupo I, os países “produtos primários” por colocarem o peso do seu saldo comercial nos setores abundantes em recursos naturais, se não implementaram políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e diversificação do setor industrial podem ser transferidos para o grupo II, em que por falta de políticas públicas adequadas para o setor industrial e a extrema dependência no setor de recursos naturais para gerar os superávits comerciais, incorrem no processo de desindustrialização negativa, isto é, precocemente atingem o nível de renda *per capita* tida como ponto de inflexão para a desindustrialização “natural”, porém sem o setor industrial ter atingido o grau necessário de industrialização. Na sequência de sua explicação, o autor orienta para a outra causa fundamental para a ocorrência da doença holandesa em uma economia: a orientação das políticas econômicas de crescimento – a inovação implementada pelo autor na ampliação do conceito de doença holandesa, reside, fundamentalmente, neste critério.

A inovação trazida por Palma (2005, p. 35-36) reside em que:

(...) esta ‘doença’ também se espalhou por alguns países latino-americanos. O ponto chave em questão é que não foi ocasionado pela descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de exportações e serviços. Ao contrário, teve sua

origem na drástica virada da política econômica. Isto foi basicamente o resultado de um programa radical de liberalização financeira e comercial dentro do contexto de um processo de reforma econômica e mudança institucional que levou a uma brusca reversão da estratégia de industrialização ISI (guiados pelo Estado) dos países. O Brasil e os três países do Cone Sul com as mais altas rendas per capita (Argentina, Chile e Uruguai) foram os países americanos que vivenciaram os mais altos níveis de desindustrialização e, ao mesmo tempo, estavam entre os países da região que haviam se industrializados mais rapidamente e haviam implementado as mais drásticas reformas econômicas. Desta perspectiva, a maior diferença das consequências das políticas neoliberais e economia deflacionária entre os países da América Latina e os países industrializados, é que nos primeiros – como eles foram atingidos num nível muito mais baixo de renda per capita – eles também dificultaram sua transição em direção a uma forma mais madura de industrialização (isto é, auto-sustentação no sentido Kaldoriano). Para começar as políticas ISI tinham atingido uma taxa de emprego industrial, que ‘normalmente’ corresponde a uma situação na qual os países envolvidos buscam gerar superávit comercial na indústria (embora os países latino-americanos nunca na verdade conseguiram alcançar este resultado). Por sua vez, uma mudança radical na política econômica (implementada principalmente depois da crise da dívida de 1982) ocasionou o fim das políticas comerciais e industriais e, em particular, mudanças nos preços relativos, nas reais taxas de câmbio, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos ao mercado de maneira geral. Esta mudança os levou a abandonar sua pauta de industrialização, levando-os de volta a sua natural posição Ricardiana; isto é, uma posição associada com vantagens comparativas mais de acordo com sua abundância de recursos tradicional.

O surgimento do conceito ampliado elaborado por Palma (2005) foi criado tendo por base os efeitos das políticas macroeconômicas adotadas pelos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). Os países latino-americanos, principalmente o Brasil, vinham desde a década de 1930 com elevados investimentos na indústria de transformação e diversificação da pauta de exportação, tendo o Estado como principal protagonista deste desenvolvimento. Como observado pelo autor, com o estouro da crise da dívida na década de 1980, os referidos países adotaram as políticas de cunho neoliberais disseminadas pelo Consenso de Washington, políticas estas que relegaram a indústria de setor fundamental do desenvolvimento para setor complementar ao das indústrias multinacionais que passaram a ter maior peso nos principais setores da indústria de transformação e telecomunicação dos países. Este processo levou os países a retornarem a sua posição ricardiana natural e a aceitarem a nova conjuntura internacional ditada pelos países desenvolvidos (nova divisão internacional do trabalho).

Além das políticas macroeconômicas que foram adotadas pelos países do Cone-Sul, de acordo com Palma (2005), outros dois fenômenos também causam a doença holandesa e a sobreapreciação da taxa de câmbio em um país. O desenvolvimento de atividades de exportação-serviços, principalmente turismo e finanças, neste caso os principais exemplos são Grécia e Hong Kong. Com a junção das três características abordadas, políticas

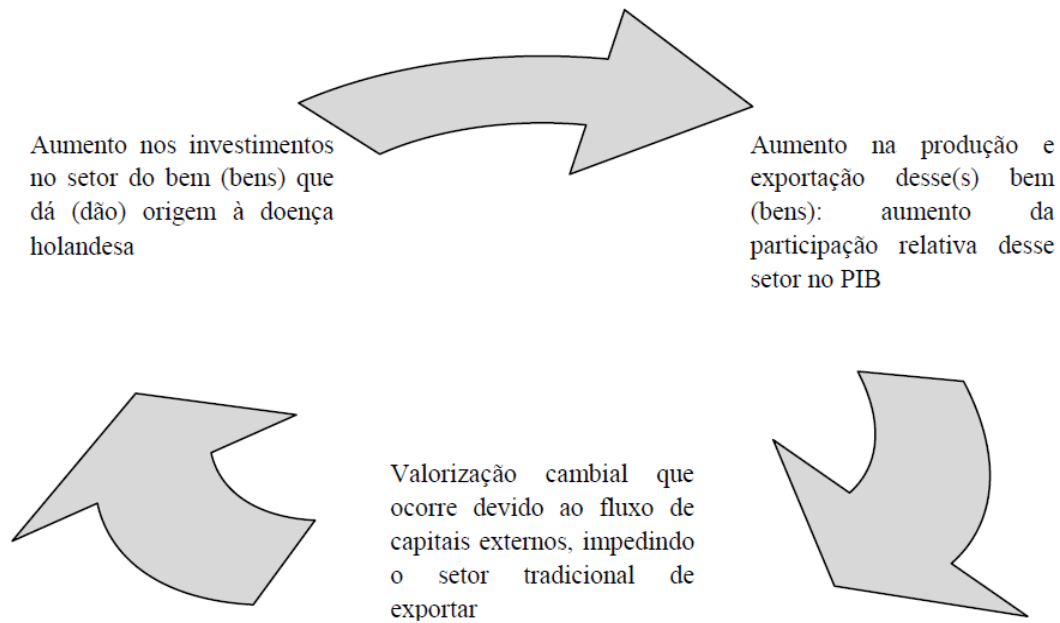
macroeconômicas, serviços financeiros e turismo, além da abundância de recursos naturais, tem-se o conceito ampliado (mais completo) de doença holandesa.

A desindustrialização negativa, que surge como consequência imediata da presença da doença holandesa na economia do país e/ou região, também pode gerar a reprimarização da pauta de exportação da economia. Devido à apreciação da taxa de câmbio, que encarece as exportações do país no mercado internacional, as exportações dos bens manufaturados e dos produtos industriais perdem participação na pauta exportadora do país, levando ao declínio da produção industrial. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007) a reprimarização (aplicado ao Brasil) também pode ser entendida como uma especialização retrógrada ao fazer o país retornar a especialização em produtos primários, mesmo sendo em *commodities* (agrícolas e minerais) com certo grau de uso tecnológico, porém com baixa difusão de tecnologia (externalidade positiva) para os demais setores da economia.

Ainda Segundo Gonçalves (IHU, 2012, p.2) “(...) de fato, há perda relativa da indústria de transformação na geração de renda da economia no passado recente (...), ou seja, há nítido processo de reprimarização da economia brasileira com o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento a indústria de transformação.” Na mesma direção vai Belluzo (2013, p.5): “(...) a dilaceração das cadeias produtivas pelo ‘real forte’ e a estagnação dos investimentos só serão reparadas com o aumento dos gastos na formação da nova capacidade, sobretudo, nos setores novos e intensivos em tecnologia.”

A reprimarização constitui-se em mais um grave efeito nocivo da doença holandesa para o setor industrial que leva à queda do emprego industrial, redução da participação da indústria no PIB e à desindustrialização do país. Oreiro e Feijó (2010) chamam atenção de que uma economia não se desindustrializa somente quando a produção industrial está em queda ou estagnada e, sim quando o setor industrial perde importância como fonte geradora do emprego total e/ou de valor adicionado de uma determinada economia. Logo, “(...), a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não pode ser utilizada como ‘prova’ da inexistência de desindustrialização.” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.221).

Figura 1 – Ciclo Vicioso da doença holandesa



Fonte: Lins, 2012, p.26.

Em suma, através da apresentação dos conceitos de desindustrialização e reprimarização, buscou-se mostrar a correlação existente entre estes fenômenos e os problemas desencadeados pela presença da doença holandesa na economia de um país, evidenciando, principalmente, a desindustrialização em sua forma negativa, esta que é mais nociva à indústria e que põe em risco a atração de investimentos produtivos, geração de empregos, inovação (P&D) e uma inserção virtuosa do país no mercado internacional. Se as políticas macroeconômicas não forem orientadas para reduzir e/ou eliminar as causas que originam a desindustrialização e a doença holandesa, o país, tenderá a manter-se no círculo vicioso exemplificado na Figura 1.

3 A ECONOMIA BRASILEIRA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

De posse do conceito “clássico” de desindustrialização e com base na vasta literatura brasileira sobre o assunto⁵, de acordo com Oreiro e Feijó (2010), não há margens de dúvidas sobre a ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil, ao se analisar a queda da participação da indústria no PIB e a queda dos empregos industriais com algumas inflexões na década de 1980 até o início do presente século.

Entretanto, não há concordância entre os estudiosos sobre a ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil. Segundo Nassif (2006), de posse do conceito ampliado de desindustrialização, não se pode dizer que o país passe por um processo desse tipo, pois não há uma mudança no padrão produtivo do país, isto é, uma realocação dos setores produtivos e no padrão de especialização dos setores em tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* para as indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho. Porém Oreiro e Feijó detectam um problema de ordem conceitual no trabalho de Nassif (2008):

(...) o autor em consideração parece confundir os conceitos de desindustrialização e ‘doença holandesa’. Com efeito, para Nassif, a desindustrialização não seria um processo de perda de importância da indústria (no emprego e no valor adicionado), mas de mudança na estrutura interna da própria indústria em direção a setores intensivos em recursos naturais e trabalho. Definido dessa forma, o conceito de ‘desindustrialização’ torna-se indistinguível do conceito de ‘doença holandesa’. Contudo, a literatura sobre a desindustrialização deixa claro que a mesma pode ocorrer mesmo na ausência de doença holandesa. (OREIRO; FEIJÓ, p. 226-227).

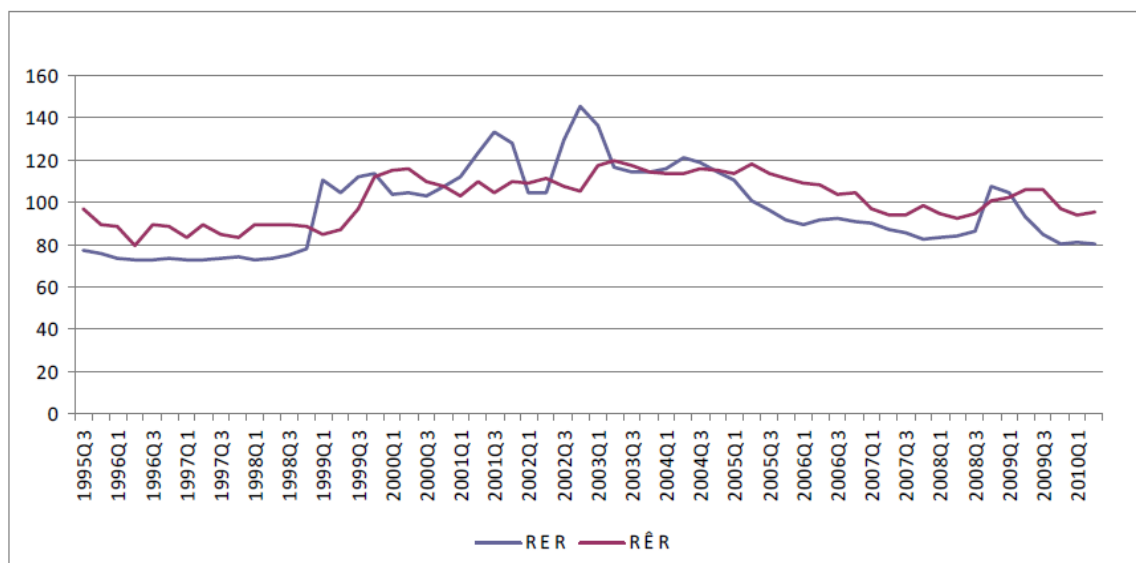
A desindustrialização como demonstrou a literatura sobre o tema pode ocorrer sem que necessariamente ocorra a presença da doença holandesa na economia. Os sintomas da desindustrialização não se apresentam somente na migração dos investimentos e da mão de obra do setor manufatureiro para o setor intensivo em recursos naturais, pois outras variáveis tem que ser avaliadas para a observação da doença holandesa, como foi visto na segunda seção deste trabalho. Nesse sentido, o autor (Nassif) faz uma avaliação restrita sobre a desindustrialização ao não agregar em seus estudos mais variáveis para comprovar a presença da desindustrialização no país.

⁵ Para maiores relatos sobre o desencadeamento do processo de desindustrialização no Brasil ver: Marquetti (2002) e Bonelli (2005).

A taxa de câmbio como foi visto no capítulo anterior constitui em uma das principais variáveis analíticas para se diagnosticar se uma economia passa por um processo de doença holandesa e também por um processo de desindustrialização. A valorização paulatina da taxa de câmbio reduz a competitividade da indústria de transformação e, em contrapartida, beneficia os setores baseados em recursos naturais.

Oreiro e Araújo (2010) estimaram a diferença entre a taxa real de câmbio “de equilíbrio” (RÊR) e a taxa real efetiva de câmbio (RER). A RÊR seria a taxa real efetiva de câmbio que estaria em vigor na economia se “(...) os movimentos da taxa de câmbio fossem inteiramente explicados pelos ‘fundamentos’ ou seja, por variáveis outras que não a própria ‘psicologia do mercado’ (OREIRO; ARAÚJO, 2010, p.22). Os autores estimaram a taxa de câmbio deixando neutra a psicologia do mercado e os movimentos especulativos. No estudo, as variáveis consideradas como fundamentos são: consumo do governo dessazonalizado, índice de preços das *commodities*, termos de troca, taxa Selic e saldo da balança comercial como proporção do PIB. O Gráfico 1 elucida a evolução das referidas taxas de câmbio (RÊR e RER), nota-se, claramente a existência de uma diferença significativa entre ambas. No início de 2010 a diferença se aproximou da casa de 20%.

Gráfico 1 – Taxa real efetiva de câmbio (RER) e taxa real de equilíbrio (RÊR) no Brasil (1995-2010)



Fonte: OREIRO; ARAÚJO (2010, p.30).

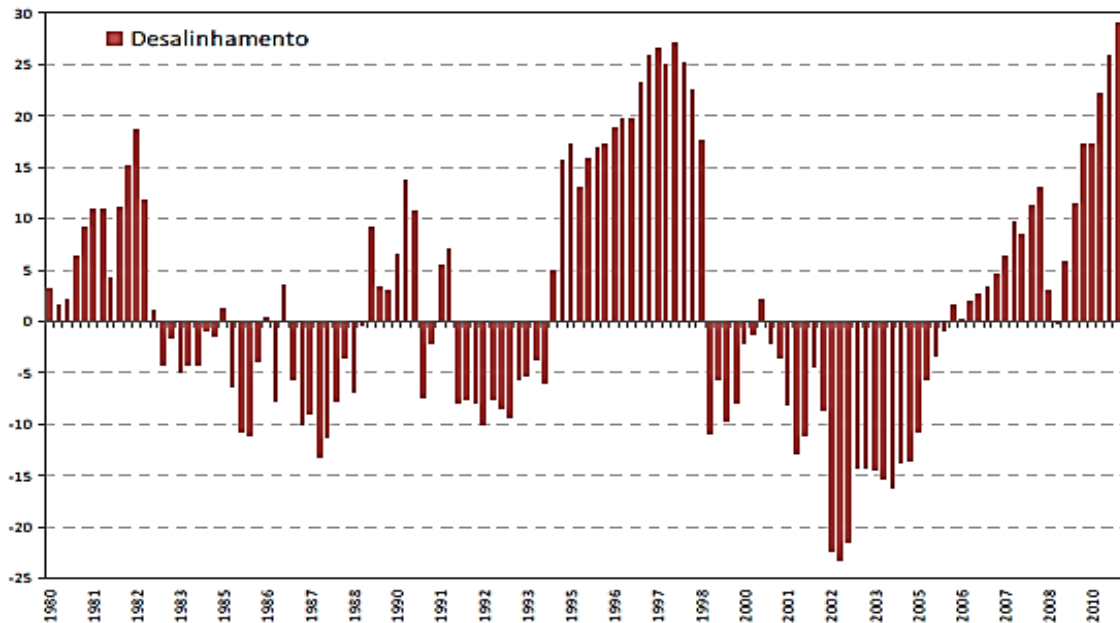
Um recente artigo (IEDI, 2012a) – na mesma direção dos autores mencionados anteriormente – apresentou uma estimativa organizada pelo banco *Credit Suisse* que aponta o Real como a moeda mais valorizada no mundo, com cerca de 42%, em dezembro de 2010. No mesmo período, países como México, Polônia, Taiwan, China e Hong Kong tiveram suas moedas desvalorizadas em 2,8%, 7,4%, 13,3%, 13,9% e 20,6%, respectivamente. O índice *Big Mac*⁶ aponta que em janeiro de 2012 a desvalorização da moeda brasileira chegou a 35%. Ainda de acordo com o levantamento do IEDI, o desalinhamento cambial do Real em 2010, esteve por volta de 30%, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), como é observado no gráfico 2, logo abaixo. A recente tendência do desalinhamento cambial no Brasil teve início a partir da década de 2000, período este em que os preços das *commodities* cresceram acentuadamente no mercado internacional e, conseqüentemente, os termos de troca do país começaram a melhorar. Sobre a relação entre os termos de troca e a valorização cambial (desalinhamento), Bresser-Pereira (2010, p. 161) diz que:

Essa talvez seja uma das principais evidências da existência de um mecanismo de transmissão, via taxa de câmbio, das vantagens comparativas de uma economia favoravelmente dotada de recursos naturais para os preços relativos internos, deprimindo a rentabilidade comparativa dos setores industriais intensivos em trabalho [ou seja, aqueles que têm uma maior participação dos salários no seu valor adicionado], à “taxa de equilíbrio” dos setores produtivos de “bens de recursos naturais.

Em suma, parece inegável que a taxa de câmbio brasileira esteve sobrevalorizada no período considerado.

⁶ O índice *Big Mac* foi criado pela revista *The Economist* (a mesma que criou o conceito “clássico” de doença holandesa) e considera a desvalorização da moeda com base na diferença do preço do sanduíche *Big Mac*, da rede de *fastfood McDonald's*, presente em mais de 100 países. A justificativa é que os procedimentos operacionais são padronizados, isto é, são praticamente os mesmos em todos os países.

Gráfico 2 – Desalinhamento Cambial no Brasil – 1980-2010

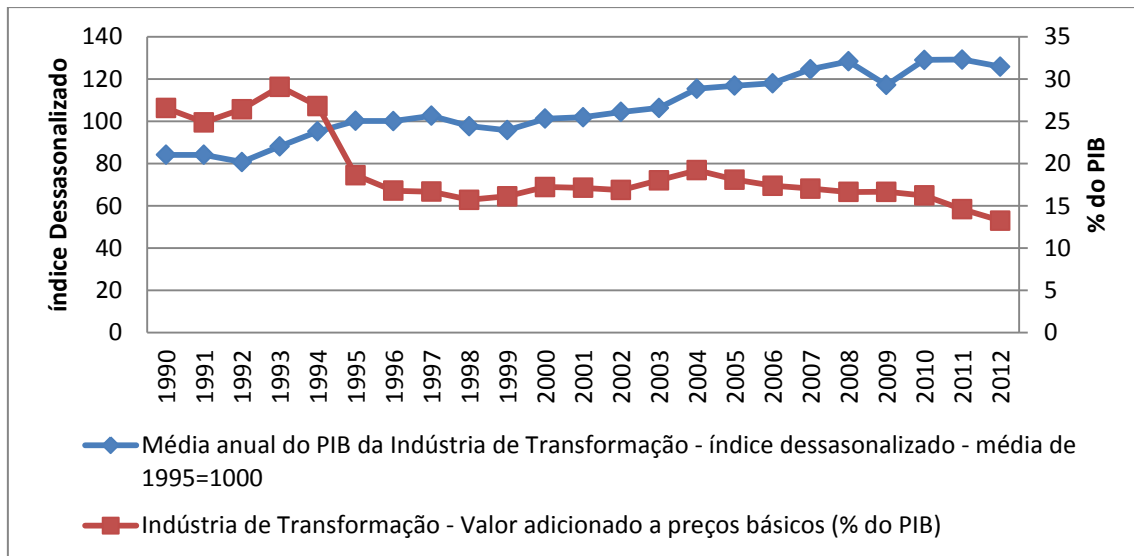


Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2012a.

Como visto no referencial teórico deste trabalho, a desindustrialização se estabelece em uma economia quando o valor adicionado da indústria de transformação vai perdendo espaço na geração do PIB e na geração de empregos.

No gráfico 3 percebe-se, claramente, que em relação à composição da economia brasileira, há uma forte tendência de queda da participação da indústria de transformação, que em 2012 ficou abaixo dos 14% do PIB, comprovando a tese de que o país sofre um processo de desindustrialização em concordância com o conceito ampliado. Entretanto, não se trata de um processo de desindustrialização absoluta, pois, como pode ser observado no período, há crescimento da produção industrial. Esse processo desencadeou-se na década de 1990, com a implantação das políticas neoliberais pelo governo do presidente Fernando Collor como consequência das turbulências econômicas, políticas e sociais que o país vinha enfrentando desde a década de 1980 (“década perdida”); assim, a economia brasileira iniciou um processo de desindustrialização e reprimarização. Tal processo se agravou posteriormente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso com a implantação do Plano Real, que culminou em uma maior exposição da economia brasileira ao mercado internacional e também pela desnacionalização e privatização de importantes empresas do setor industrial brasileiro como o de telecomunicações.

Gráfico 3 – Indústria de transformação: valor adicionado e % do PIB no Brasil – 1990-2012



Fonte: IPEADATA, 2013.

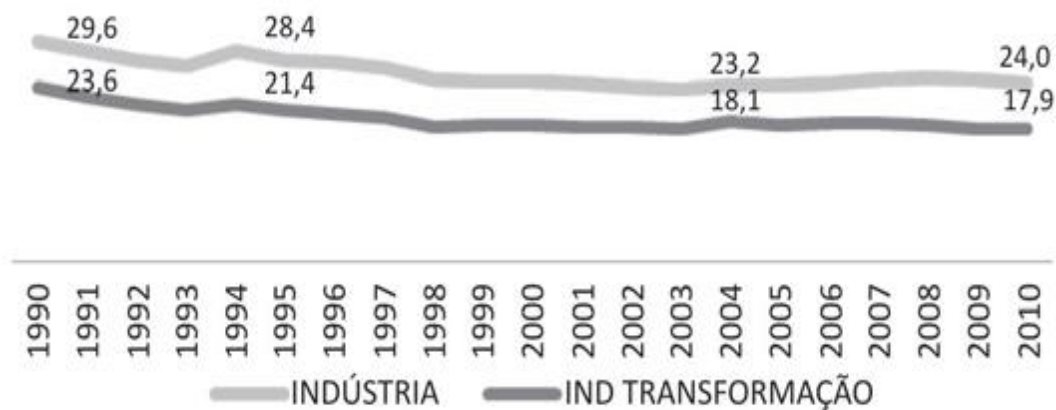
O referencial teórico deste trabalho também mencionou que tais mudanças neoliberais, ocorridas na estrutura da economia brasileira, tem sua origem nas políticas econômicas adotadas pelo(s) governo(s), como mencionado anteriormente. Esta visão é mostrada por Palma (2005, p. 20-21) de posse do conceito ampliado, não só para o Brasil mas também para os países do cone sul:

No caso da Holanda, isto [a doença holandesa] ocorreu devido aos efeitos da descoberta de recursos naturais em uma economia industrial "madura", enquanto que nos quatro países latino-americanos [Brasil, Argentina, Chile e Uruguai], isto foi gerado pela já mencionada acentuada reversão das políticas de substituição de importações. O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição Ricardiana "natural", isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos. Deste ponto de vista, a principal diferença entre a América Latina e a Europa continental é que na última as transformações cruciais ocorreram nas relações industriais, bem estar social, empresas públicas, etc. enquanto que na América Latina, como esses países foram atingidos pelas novas políticas em um nível muito mais baixo de renda per capita, essas novas políticas também obstruíram sua transição rumo a uma forma de industrialização mais madura - isto é, autossustentável (em um sentido kaldoriano19).

Observa-se uma maior queda do valor adicionado da indústria de transformação a partir de meados da década de 2000, mesmo período em que se intensifica a tendência de aumento dos preços das *commodities* e agrava-se a apreciação da taxa de câmbio no país.

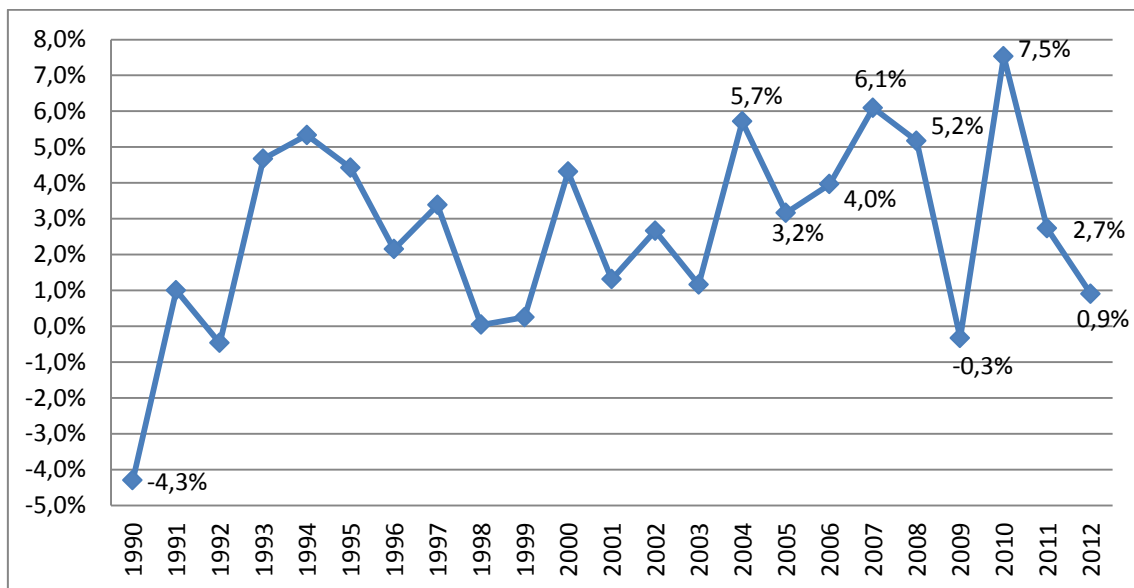
Ao analisar a participação dos setores na geração de empregos no total da economia, também nota-se, claramente, a perda de espaço da indústria de transformação. O gráfico 4 ilustra essa redução desde 1990, com rápidas recuperações em 1994 (Plano Real) e entre 2004 e 2008, quando o PIB brasileiro voltou a apresentar maiores taxas de crescimento (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Participação da indústria de transformação no emprego total do Brasil – 1990-2010



Fonte: FILGUEIRAS; et al (2012, p.143)

Gráfico 5 – Evolução da taxa de crescimento do PIB do Brasil – 1990-2012



Fonte: IBGE, 2013.

Os censos demográficos de 2000 e 2010 também indicam para a perda de participação do emprego da indústria de transformação no emprego total da economia (Tabela 1).

Tabela 1 – Variação e distribuição das pessoas ocupadas segundo o setor de atividade no Brasil – 2000/2010

Seção de atividade por trabalho principal	$\Delta\%$	Participação (%)	
	2000/2010	2000	2010
Total	31,6%	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1,1%	18,5%	14,2%
Indústria extrativa	70,9%	0,4%	0,5%
Indústria de transformação	16,5%	13,3%	11,8%
Eletricidade e gás	-32,5%	0,5%	0,2%
Construção	37,9%	7,0%	7,3%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	34,5%	16,6%	17,0%
Serviços	47,4%	43,8%	49,0%

Fonte: IBGE, 2013.

Feijó e Lamonica (2011) mostram que na interpretação de Kaldor, a expansão da competitividade industrial é positivamente relacionada com o crescimento da indústria de transformação, elevando assim a competitividade das exportações, provocando aumento no produto que, por sua vez, aumentaria as importações. Claramente, observa-se a importância da indústria como motor do desenvolvimento econômico, haja vista que a indústria é geradora e difusora de progresso técnico e tem condições de gerar externalidades positivas para outras cadeias produtivas.

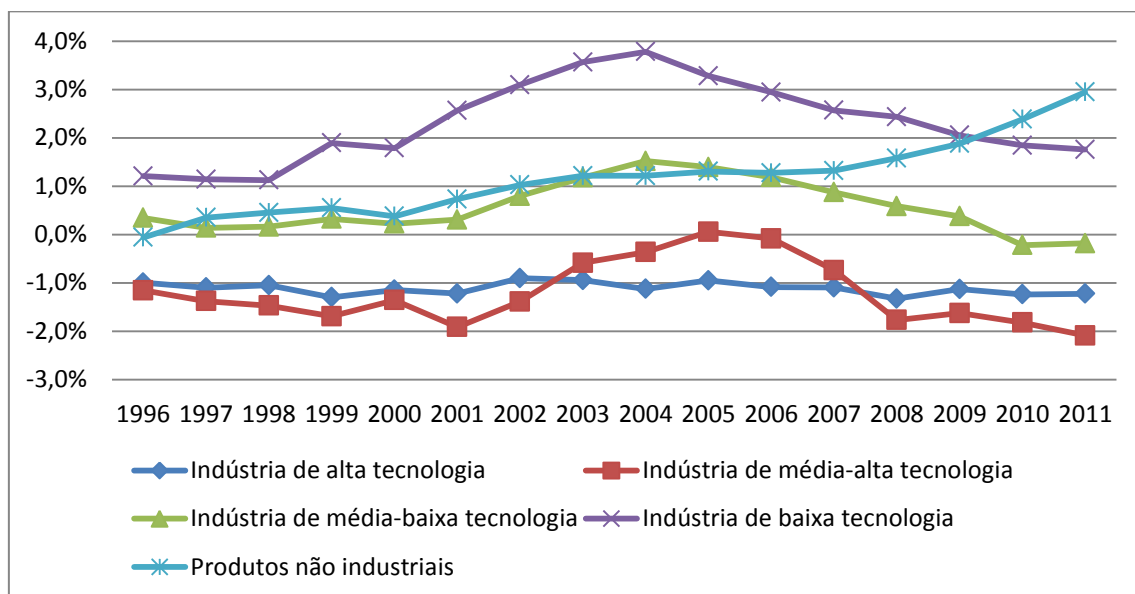
Como mostrou Cano (2012), para que os frutos da industrialização possam ser disseminados na economia, faz-se necessária grande participação do Estado como impulsionador dos investimentos na indústria. No Brasil nos anos 1930 aumentou a participação dos investimentos estatais na industrialização do país. Entretanto, nos anos 1980, que ficou conhecido como a “década perdida”, em razão de fatores externos e internos reduziram-se drasticamente as taxas de investimento do Estado e a indústria começou a perder peso na economia do país.

Os dados apresentados sobre a indústria de transformação do Brasil deixam evidente a perda espaço deste importante setor produtivo na economia.

As variáveis do comércio exterior também são fundamentais para se entender o processo de desindustrialização vigente no Brasil (em um país), pois evidencia a forma de inserção do país no comércio internacional.

Analisando-se os dados referentes ao saldo da balança comercial brasileira mediante a intensidade tecnológica de seus produtos na participação do PIB – separando-os por produtos industriais e não industriais – no Gráfico 6, observa-se o crescimento acentuado dos produtos não industriais que em 1996 contribuíam com apenas -0,1% do saldo comercial e passaram a ter uma participação de 2,9% (US\$ 73bilhões) em 2011. Neste último ano, as categorias de alta e média-alta tecnologia participaram negativamente com -1,2 e -2,1, respectivamente, somando um déficit de 3,2% do PIB, no montante de US\$ 82,0 bilhões. Destaca-se que ambas as categorias apresentaram participações negativas em todo o período, isentando-se o ano de 2005 para os bens de média-alta tecnologia.

Gráfico 6 – Balança comercial dos setores industriais do Brasil por intensidade tecnológica – 1996-2011



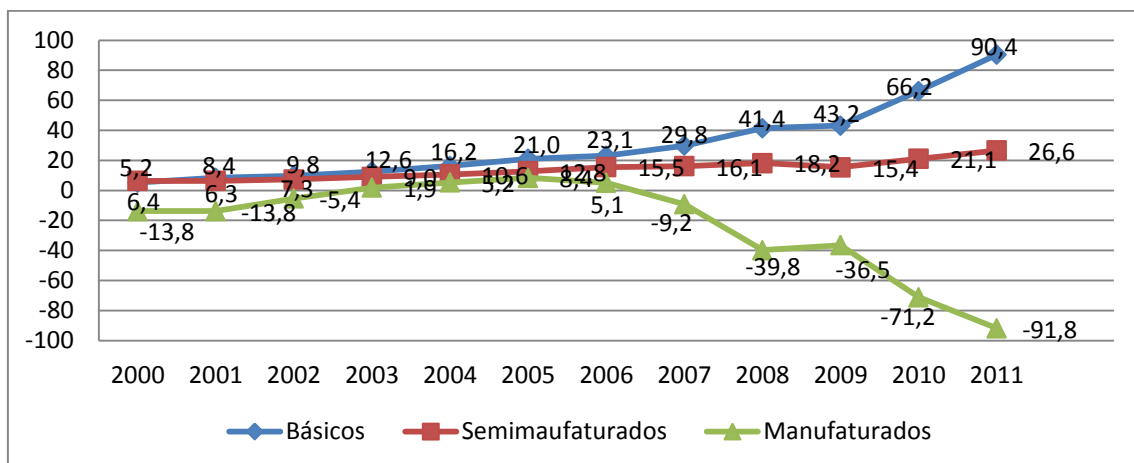
Fonte: Brasil, 2013.

No que diz respeito às indústrias de baixa e média-baixa tecnologia, juntas, contribuíram com 1,6% do PIB (US\$ 39,0 bilhões) em 2011. O saldo positivo foi construído pela segunda destas categorias, que com o resultado superavitário de 1,8% compensou a participação deficitária de 0,2% da indústria de média-baixa tecnologia. Nota-se que durante todos os anos da série, a contribuição dos bens de baixa tecnologia foi a que mais contribuiu para o resultado global. É

relevante destacar que dentro desta categoria, o setor de alimentos, bebidas e tabaco, teve saldo comercial responsável por 1,6% do PIB em 2011, ou seja, 99,7% do superávit obtido para as indústrias de baixa e média-tecnologia juntas.

No que toca á classificação por fator agregado (Gráfico 8), fica ainda mais claro a fragilidade da inserção externa do setor industrial, que se aprofunda rapidamente. A categoria de bens manufaturados alcançou, em 2011, um déficit de US\$ 91,8 bilhões. De 2007 para 2011 este déficit cresceu cerca de 10 vezes. Em sentido oposto, os produtos básicos, tiveram superávit e começaram a crescer rapidamente (e sucessivamente) a partir de 2005, registrando em 2011 a cifra de US\$ 90,4 bilhões. O saldo surpreendente dos produtos básicos começou a ser delineado em 2005. A categoria de bens semimanufaturados também apresenta um crescimento expressivo, cujo valor mais que dobrou entre 2005 e 2011. Salienta-se que os segmentos de produtos básicos e produtos manufaturados no período em análise (2000-2011) não apresentaram em nenhum ano saldos deficitários, contrariamente, aos bens manufaturados, evidenciando a fragilidade deste segmento.

Gráfico 7: Saldo comercial por intensidade tecnológica (US\$ bilhões F.O.B) do Brasil – 2000-2011⁷



Fonte: Brasil, 2013.

Um recente estudo (IEDI 2012b) mostra o aprofundamento do déficit do saldo comercial do Brasil em meados da década de 2000 para setores selecionados da indústria do país (Tabela

⁷ Para o ano de 2012 o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC só disponibilizou até julho/2013 os dados referentes ao acumulado janeiro/abril para as exportações, logo, mesmo com o acumulado de 2012 completo para as importações não há meios técnicos de se fazer uma análise satisfatória do saldo comercial por fator agregado com os dados disponíveis.

3). Em alguns segmentos o agravamento do déficit comercial foi rápido e significativo, como nos setores de “produtos químicos”, “refino de petróleo e combustíveis”, “equipamentos eletrônicos e de telecomunicações”, “máquinas e equipamentos e veículos automotivos”. Poucos segmentos industriais percorreram o caminho inverso, isto é, obtiveram um superávit comercial significativo, como no caso de “alimentos e bebidas” e da “indústria extrativa”, segmentos estes que possuem menor valor agregado na composição do setor industrial brasileiro.

Quadro 1 – Saldo comercial da indústria brasileira por setores selecionados (em bilhões de US\$) – 2006-2011

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produtos Químicos	-9,4	-14,4	-25,1	-16,8	-22,0	-28,4
Coque, refino de petróleo e combustíveis	-0,2	-1,7	-5,4	-1,6	-10,0	-15,9
Material eletrônico e de comunicações	-5,3	-6,8	-10,0	-7,2	-11,7	-14,5
Máquinas e equipamentos	-1,0	-3,1	-7,4	-7,6	-11,7	-13,9
Veículos automotores	7,3	4,7	1,2	-3,0	-4,9	-8,3
Equipamentos médico-hospitalares	-2,9	-4,1	-5,6	-4,5	-5,7	-5,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,9	-1,2	-2,3	-2,3	-4,5	-5,5
Máquinas para escritório e de informática	-2,3	-3,0	-3,8	-3,3	-4,6	-4,9
Borracha e plástico	-0,5	-0,7	-1,7	-1,2	-2,7	-3,5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,0	-0,2	-0,4	-0,6	-0,9	-1,5
Produtos Têxteis	0,4	0,0	-0,4	-0,5	-1,3	-1,4
Minerais não-metálicos	1,4	1,3	0,8	0,5	0,1	-0,4
Outros equip. de transporte	2,0	3,4	2,8	-0,1	-0,2	0,2
Couro e Calçados	3,5	3,8	3,3	2,1	2,6	2,5
Papel e celulose	2,8	3,3	4,1	3,6	4,8	5,0
Metalurgia básica	11,3	11,1	12,3	8,0	6,4	11,7
Produtos alimentícios e bebidas	20,3	23,5	29,3	26,9	32,7	38,8
Indústria extrativa	3,5	4,4	8,8	10,1	29,8	42,7

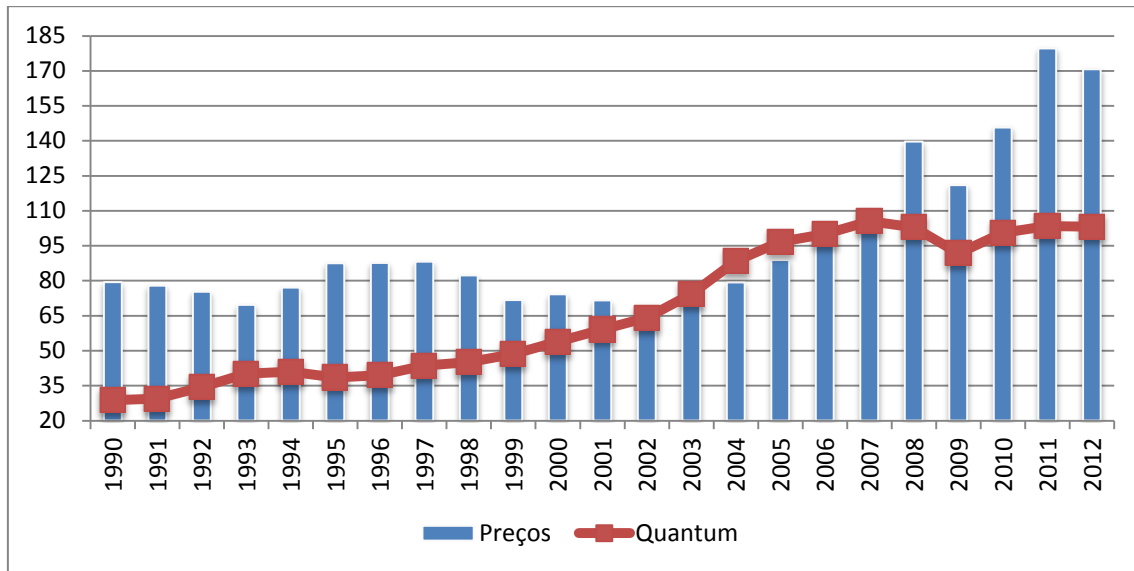
Fonte: Adaptado de IEDI, 2012b.

Ao analisar a série, percebe-se, que alguns setores que tiveram superávit em 2011, vêm no decorrer do período apresentando nítida tendência de queda desde meados da década de 2000, como é o caso de “outros equipamentos de transporte” e “couro e calçados”. Somado a este cenário negativo tem-se o agravamento dos setores deficitários que apresentaram uma tendência para a expansão dos déficits. Assim, mesmo nos setores de menor intensidade tecnológica, os segmentos que apresentaram déficit são, de maneira geral, aqueles de maior valor adicionado da categoria.

O efeito preço foi bastante relevante para os resultados apresentados até aqui, como pode ser observado no Gráfico 8, que mostra a diferença entre *quantum* e preço das exportações brasileiras. Nota-se, claramente, uma tendência sistemática de expansão dos preços a partir de

2002, interrompida provisoriamente no ano de 2009, devido aos efeitos da crise econômica mundial. No ano de 2008, mesmo com a queda na quantidade exportada, as receitas (divisas) em dólares foram superiores ao ano anterior.

Gráfico 8 – Índices de preço e *quantum* das exportações do Brasil (média de 2006=100) – 1990-2012



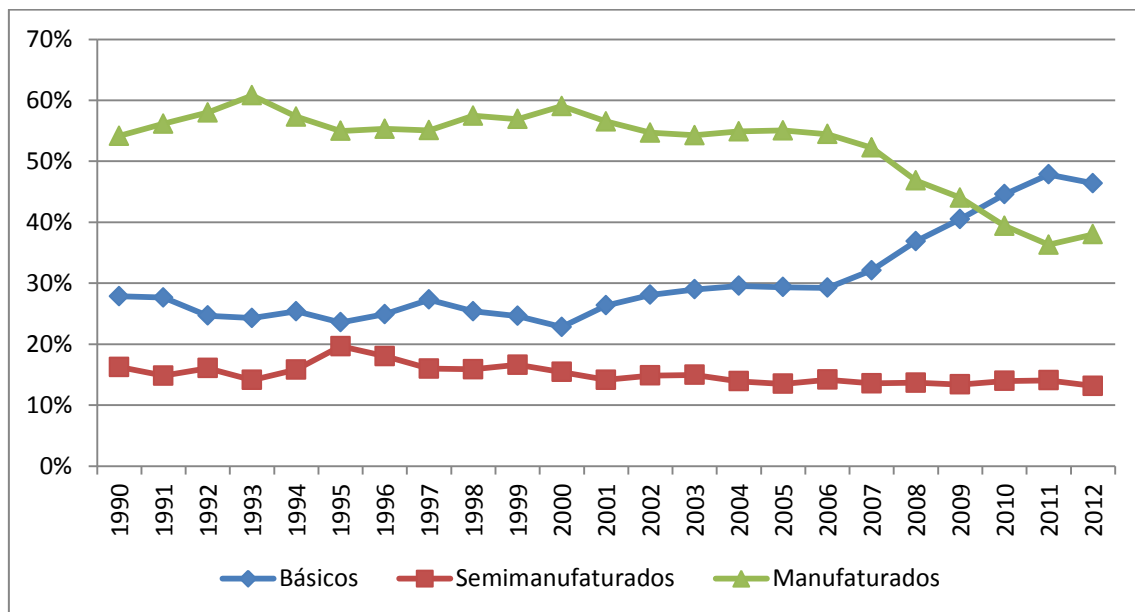
Fonte: IPEADATA, 2013.

A análise das exportações é de grande importância, pois esta variável corresponde a um importante mecanismo de entrada de moeda estrangeira (divisas) no país. O Gráfico 9 mostra a participação percentual de cada setor no total das exportações, divididos pelo critério de fator agregado. É nítido que a partir dos anos 1990 a tendência de queda do setor de manufaturados, especialmente a partir de 1994 quando ocorreu a implantação do real. No ano de 1993, a participação dos produtos industriais manufaturados em relação aos demais grupos agregados foi da ordem de 60,8%. Em 2002, esse percentual caiu para 54,7% e, a partir de 2006 (segunda metade dos anos 2000), entrou em queda livre. Em 2011 a cifra é de 36,3% e de acordo os dados disponíveis até o momento para 2012⁸, a cifra é de 38,0%). Contrariamente, a participação dos produtos básicos apresentou uma trajetória exatamente oposta. Analisando os mesmos anos, 1993, 2002 e 2011, nota-se a mudança de papéis: os percentuais são de 24,3%, 28,1% e 47,8%, respectivamente. Até a primeira metade da década de 2000 o crescimento da participação dos produtos básicos no total das exportações totais do país ocorreu de maneira tímida, saindo de 27,8% em 1990 para 29,3% em 2005. Entretanto, a

⁸ Acumulado janeiro-abril de 2012

partir da segunda metade da década de 2000, a expansão foi rápida: entre 2006-2011 o incremento foi de mais de 15 p.p (no acumulado do 1º quadrimestre de 2012 o percentual dos produtos básicos representa 46,4% das exportações, valor extremamente elevado, tendo-se em consideração apenas os primeiros quatro meses do ano). A queda da participação das manufaturas, por seu lado, também foi profunda, mais de 16 p.p neste mesmo período.

Gráfico 9 – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado (participação percentual sobre o total geral*) – 1990-2012**



* A diferença entre total geral e a soma de básicos, semimanufaturados e manufaturados refere-se a operações especiais.

** De janeiro a abril (1º quadrimestre).

Fonte: Brasil, 2013.

Analisando-se às exportações de manufaturados, houve uma queda relativamente pequena, de pouco de 3% entre o primeiro e o último ano da série, evidenciando também, que além dos manufaturados, até mesmo os semimanufaturados perderam participação nas exportações industriais brasileiras. De acordo com os dados apresentados sobre as exportações brasileiras fica evidente a queda da participação relativa dos bens de maior conteúdo tecnológico na pauta de exportação (e no saldo comercial), apontando para a perda de competitividade da indústria do país, fato este alertado por Rubens Barbosa, presidente do conselho superior de comércio exterior da – Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP):

(...) A economia brasileira, nos últimos anos, cresceu com base na exportação. Nos últimos três anos, o impulso veio da expansão do mercado doméstico. Há uma concentração muito grande de poucos produtos de exportação para gerar o superávit. Quatro ou cinco produtos que representam 70% da pauta de comércio exterior brasileira e todos produtos primários. A grande preocupação deveria ser a perda da competitividade das manufaturas brasileiras. (BARBOSA, 2012, p. 8).

Chega-se a conclusão, de acordo com os dados quantitativos apresentados neste capítulo, que, indiscutivelmente, está ocorrendo uma drástica mudança qualitativa na estrutura produtiva do país rumo a uma especialização na produção de bens cada vez mais de menor valor agregado. Esta tendência é observada tanto segundo o critério de intensidade tecnológica quanto pelo fator agregado. O Brasil segue uma tendência completamente oposta a países como a Finlândia, Suécia e Malásia, que em um primeiro momento eram intensivos em recursos naturais, mas que foram processando, progressivamente, esses recursos e agregando valor internamente, utilizando-se de estratégias e políticas industriais para o fortalecimento e consolidação de um setor produtor de bens mais elaborados e intensivos em tecnologia.

Os dados apresentados apontam para dois momentos críticos. O primeiro, nos primórdios dos anos 1990, quando o país migrou para a adoção do receituário neoliberal, este que pode ser considerado o pontapé inicial para a gestação da doença holandesa no Brasil contemporâneo. E o segundo, diz respeito à intensificação deste processo, nos anos 2000, sob a égide da conjuntura internacional.

A doença holandesa e a consequente desindustrialização em marcha e com indícios de crescimento no país não podem ser interpretadas deslocando-se “o panorama interno x cenário internacional”. Entretanto, pode-se atribuir que, no primeiro momento, a responsabilidade do problema recaiu em grande medida sobre os aspectos internos da política econômica. No segundo, apesar da política econômica orientada pelo governo ter um peso muito forte, o desencadeamento do processo da doença holandesa/desindustrialização foi condicionado, principalmente, pela conjuntura internacional, onde a China desempenhou um papel fundamental. Os fatores internos e externos são complementares, logo não se pode ter explicações sobre esse problema analisando-os de forma separada. Em suma, foram identificadas quatro tendências que se complementam, quais sejam:

i) A queda da participação do valor adicionado da indústria de transformação e dos bens de maior valor agregado no PIB, assim como o déficit comercial progressivamente crescente dos

bens manufaturados e também dos semimanufaturados, comprovam a tese de que a economia brasileira padece de desindustrialização precoce;

ii) As estatísticas sobre o emprego, embora pouco conclusivas para os anos recentes (2011, 2012 e 2013), também apontam para um processo de perda relativa da indústria de transformação e da indústria no total geral dos empregos no país, mesmo após o retorno de maiores taxas de crescimento do PIB;

iii) Conjugados à trajetória declinante da participação do setor industrial, o aumento da participação dos bens de menor intensidade tecnológica no PIB, o superávit cada vez maior dos produtos básicos no saldo comercial e seu avassalador crescimento nas exportações industriais complementam e ratificam o quadro da doença holandesa;

iv) A apreciação cambial intensifica-se nos períodos em que o setor de bens primários passa a ganhar maior representatividade relativa, que coincide com a tendência de aumento no preço das *commodities* e diminuição da importância da indústria, ou seja, perda da competitividade industrial.

Há uma grande complementaridade entre “i” e “iii”, pois é nítido que os períodos em que os setores industriais começam a perder importância relativa, são também os períodos em que o setor de bens primários assume maior representatividade, como evidenciado pela tendência “iii”. Somado com “iv” trata-se de um forte indício de doença holandesa. A combinação de “i” e “iii” como descrito por Palma (2005) significa (mostra) a passagem do país de um grupo que busca superávit no setor de bens industrializados, de maior conteúdo tecnológico, para o grupo daqueles que visam gerar superávit comercial no setor de bens primários, de menor conteúdo tecnológico. Na metade da década de 2000 esse processo torna-se evidente.

Por fim, o Brasil passa por um processo de doença holandesa baseado em recursos naturais – que também desencadeou um processo de desindustrialização da economia –, mas que teve início nos anos 1990 com a implantação das políticas neoliberais. A perda de competitividade industrial oriunda daquelas políticas, como foi exemplificado neste capítulo, contribui em grande medida para o desestímulo de investimentos produtivos no setor industrial. Ao mesmo tempo, em concordância com a conjuntura internacional (e ao capital financeiro), o setor de *commodities* absorve cada vez mais o montante dos recursos. A maioria dos investimentos,

estrangeiros e nacionais, direciona-se para este setor, ou seja, reforçando a especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira – e o processo de doença holandesa e desindustrialização que surgem como o novo padrão de desenvolvimento do país – a tabela 2 representa uma síntese das perspectivas de investimento no Brasil apuradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Tabela 2 – Mapeamento de investimentos no Brasil – 2006-2009, 2011-2014

Setores	2006-2009		2011-2014	
	R\$ Bilhões	%	R\$ Bilhões	%
Petróleo e Gás	205	53,0	378	61,5
Extrativa Mineral	60	15,5	62	10,2
Siderurgia	28	7,2	33	5,3
Química	22	5,7	40	6,5
Papel e Celulose	18	4,7	28	4,5
Veículos	25	6,5	33	5,4
Eletroeletrônica	20	5,2	29	4,8
Têxtil e Confecções	9	2,3	12	1,9
Indústria	387	100	614	100

Fonte: adaptado de Puga e Borça Jr., 2011.

Nota-se, claramente, que os investimentos⁹ mapeados até 2014 continuam direcionados aos setores de petróleo e gás. No período de 2006-2009, R\$ 205 bilhões, mais da metade dos recursos foram direcionados a este setor, que correspondem a 53% do total. Para o período de 2011-2014, o montante dos recursos soma R\$ 173 bilhões a mais, correspondendo a 61,5% do total. Portanto, fica evidente que esta área tem um grande potencial de atração dos investimentos que aumentou mais de 8 p.p entre os períodos considerados. O setor industrial que aparece em segundo lugar no plano de investimentos é a indústria extrativa mineral, mesmo com uma queda de 15,5% no primeiro período para 10,2%; no segundo período, apesar da queda percentual, em termos quantitativos (monetários) aumentou em R\$ 2 bilhões. Em termos de intensidade tecnológica, fica claro que a maioria dos investimentos é direcionada para categorias de baixo e médio conteúdo tecnológico. Esses dados estão em concordância com os dados mostrados, anteriormente, e ajudam a corroborar a tese da doença holandesa, pois indicam a existência de um efeito movimento dos recursos, como descrito no primeiro capítulo desta monografia destinado a reflexão teórica sobre o assunto.

⁹ O governo da presidente Dilma Rousseff em 2012 lançou o pacote de concessões de infraestrutura com a finalidade de atrair investimentos, principalmente, privados nos setores rodoviário, ferroviário e portuário, a expectativa é que os investimentos sejam da ordem de R\$ 200 bilhões. Este cenário mostra-se favorável para diminuir o “Custo Brasil”, porém se tais investimentos não foram devidamente direcionados para desenvolver a competitividade industrial do país, podem ter como principal resultado a expansão do agronegócio (e dos setores de baixa tecnologia), reforçando a tese de que o Brasil é o “celeiro do mundo”.

4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA

As políticas de industrialização implantadas no estado não se constituem de políticas (projetos) autônomas, isto é, deslocados das políticas de industrialização nacional. Segundo Vaz de Carvalho Jr; Filgueiras; Figueirôa (2012), a industrialização da Bahia possui duas características principais: i) Primeiro, estruturou a produção industrial do estado com uma função acessória e complementar à matriz industrial brasileira, destacando-se até o presente momento, a produção de insumos industriais, principalmente os químicos e petroquímicos; ii) Segundo, caracterizado pela dinâmica da agricultura que amplia a participação na produção de *commodities* e torna a economia ainda mais integrada à “vocação” do Brasil em “celeiro do mundo” com a produção de grãos, frutas e papel e celulose.

No presente capítulo serão apresentados os principais momentos da industrialização da economia da Bahia. Nesse sentido, destaca-se a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na década de 1950, considerado o marco inicial do processo de industrialização do estado. Na década de 1960, com os incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual e o apoio do governo federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi implantando na Bahia o Centro Industrial de Aratu (CIA). Posteriormente, na década de 1970 no município de Camaçari se iniciou as operações do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) que teve grandes impactos (positivos) na economia baiana. A implantação destes projetos desencadeou a transição da Bahia de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, calcada na produção de *commodities* intermediárias, e no final da década de 1990 e início do século XXI com a instalação de alguns projetos automobilísticos a indústria baiana também passou a produzir alguns bens finais.

4.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

A Bahia constitui-se de uma sub-região do estado nacional, logo suas políticas industriais estão alinhadas com o desenvolvimento da indústria nacional. O processo de industrialização do Brasil que foi liderado pelo governo nacional, e que ficou conhecido como Modelo de

Substituição de Importações (MSI) iniciado em 1930, durou até a década de 1980 (“década perdida”) quando a crise da dívida externa que desestruturou a economia do país.

A Bahia também se beneficiou do processo de industrialização nacional, pois no território baiano, principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram implantados grandes projetos que trouxeram dinamismo a economia regional.

4.1.1 A década de 1950: implantação da refinaria Landulpho Alves e a produção de *commodities* intermediárias

De acordo com Cavalcante (2008), a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) é fruto da primeira grande intervenção do Estado na economia local, que foi motivada essencialmente pelo grande volume de petróleo na região. Esse acontecimento marcou, nos primórdios da década de 1950, o início da industrialização da economia baiana intensiva em capital, voltada para a produção de bens intermediários no estado. Ainda segundo o autor, não há dúvida que a implantação da RLAM trouxe repercussões no que diz respeito à modernização e, principalmente, à criação da infraestrutura física necessária para a operação de um complexo industrial de grande porte nos arredores de Salvador, com a criação de demanda para uma indústria mecânica local voltada para a manutenção e suprimento de equipamentos utilizados nas operações de refino de petróleo.

Os investimentos que originaram a RLAM foram possíveis por conta dos estudos e do planejamento orientado pelo governo estadual. Segundo Almeida (1986), as “Pastas Rosas”), documento elaborado em 1955 por solicitação do então governador da Bahia Antônio Balbino, constituía em uma coletânea de dados, informações, opiniões e proposições preliminares sobre a economia baiana na ocasião. O documento mostrou que a instabilidade da economia baiana era consequência de sua dependência à agricultura e ao comércio exterior; a solução proposta era a diversificação da produção, o desenvolvimento da indústria e maior integração do mercado local com os mercados regionais e nacionais, ou seja, a industrialização do estado. Mais tarde, estudos¹⁰ foram realizados pelo governo estadual e

¹⁰ Para maiores esclarecimentos sobre os planos mencionados ver Souza (1991) e Spinola (2003).

nacional que culminou no Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) e o Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste da Sudene.

Apesar de nos dez primeiros anos (1956 –1966) que sucederam a implantação da RLAM a Bahia ter mantido, relativamente, participação estável no PIB do Brasil (Tabela 3) e no PIB do Nordeste (Tabela 4), como argumentaram Teixeira e Guerra (2000), os impactos desencadeados com a implantação da RLAM trouxeram significativas mudanças sociais e econômicas ao estado:

O fato é que, no final da década de 50, o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, principalmente a partir de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começaram a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, esta última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então acessíveis às classes mais favorecidas (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p.89).

Tabela 3 – Participação do Nordeste, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará no PIB do Brasil

	Nordeste	Bahia	Pernambuco	Ceará
1939	16,90%	4,49%	4,53%	2,10%
1947	15,38%	4,26%	1,81%	4,12%
1948	14,93%	3,99%	1,77%	4,12%
1949	14,25%	3,71%	1,80%	3,90%
1950	14,47%	3,69%	2,04%	3,91%
1951	13,93%	3,51%	1,55%	3,96%
1952	13,22%	3,37%	1,73%	3,49%
1953	12,51%	3,52%	1,48%	3,36%
1954	12,81%	3,86%	1,46%	3,39%
1955	12,40%	3,70%	1,46%	3,21%
1956	13,24%	3,70%	1,69%	3,51%
1957	13,40%	3,78%	1,73%	3,62%
1958	12,79%	4,00%	1,11%	3,61%
1959	14,17%	4,12%	1,77%	3,53%
1960	14,53%	4,16%	1,90%	3,49%
1961	13,84%	3,63%	1,82%	3,51%
1962	14,60%	3,51%	2,04%	3,64%
1963	14,17%	3,29%	2,00%	3,86%
1964	14,63%	3,74%	2,12%	3,77%
1965	14,98%	3,97%	2,17%	3,76%
1966	13,61%	3,79%	1,85%	3,47%
1967	14,28%	3,89%	1,99%	3,61%
1968	13,65%	3,91%	1,99%	3,36%
1969	12,79%	3,87%	1,73%	3,16%
1970	11,92%	3,82%	1,48%	2,95%
1971	11,76%	3,68%	1,47%	2,86%
1972	11,96%	3,70%	1,50%	2,90%
1973	11,95%	3,68%	1,52%	2,87%
1974	10,86%	3,54%	1,20%	2,69%

continuação

	Nordeste	Bahia	Pernambuco	Ceará
1975	11,28%	3,75%	1,32%	2,70%
1976	11,43%	3,65%	1,42%	2,71%
1977	12,05%	3,83%	1,50%	2,75%
1978	12,68%	4,29%	1,58%	2,80%
1979	12,78%	4,37%	1,61%	2,76%
1980	12,17%	4,44%	1,53%	2,55%
1981	12,92%	4,67%	1,54%	2,63%
1982	14,25%	5,06%	1,88%	2,67%
1983	14,29%	5,68%	1,63%	2,60%
1984	15,55%	5,59%	2,26%	2,66%
1985	14,10%	5,35%	1,72%	2,62%
1986	14,07%	5,14%	1,74%	2,83%
1987	13,13%	4,71%	1,60%	2,77%
1988	12,83%	4,78%	1,61%	2,61%
1989	12,30%	4,52%	1,54%	2,53%
1990	12,86%	4,49%	1,62%	2,66%
1991	13,37%	4,40%	1,83%	2,89%
1992	12,92%	4,39%	1,83%	2,67%
1993	12,82%	4,34%	1,82%	2,58%
1994	12,87%	4,29%	1,89%	2,59%
1995	12,78%	4,14%	1,93%	2,70%
1996	13,17%	4,24%	2,01%	2,75%
1997	13,09%	4,25%	2,02%	2,69%
1998	13,05%	4,24%	2,06%	2,71%
1999	13,11%	4,32%	2,00%	2,67%
2000	13,09%	4,38%	1,89%	2,64%
2001	13,12%	4,36%	1,80%	2,65%
2002	13,52%	4,61%	1,80%	2,71%

Fonte: Cavalcante, Luiz, 2008, p.194

Tabela 4 – Participação da Bahia, Pernambuco e Ceará no PIB do Nordeste

	Bahia	Pernambuco	Ceará
1939	26,58%	26,80%	12,45%
1947	27,67%	26,77%	11,75%
1948	26,71%	27,59%	11,87%
1949	26,01%	27,35%	12,66%
1950	25,49%	26,99%	14,07%
1951	25,22%	28,43%	11,16%
1952	25,52%	26,42%	13,06%
1953	28,10%	26,88%	11,82%
1954	30,11%	26,47%	11,38%
1955	29,86%	25,89%	11,79%
1956	27,95%	26,50%	12,74%
1957	28,21%	26,98%	12,92%
1958	31,24%	28,25%	8,71%
1959	29,11%	24,90%	12,48%
1960	28,66%	24,01%	13,06%
1961	26,20%	25,39%	13,14%
1962	24,04%	24,95%	14,00%
1963	23,22%	27,21%	14,08%
1964	25,54%	25,79%	14,49%
1965	26,53%	25,08%	14,47%
1966	27,84%	25,48%	13,62%
1967	27,26%	25,29%	13,91%
1968	28,65%	24,59%	14,58%
1969	30,23%	24,67%	13,55%
1970	32,04%	24,77%	12,37%
1971	31,26%	24,32%	12,53%
1972	30,92%	24,27%	12,57%
1973	30,79%	24,06%	12,70%
1974	32,60%	24,74%	11,01%

continuação

	Bahia	Pernambuco	Ceará
1975	33,27%	23,91%	11,70%
1976	31,98%	23,73%	12,39%
1977	31,80%	22,85%	12,44%
1978	33,81%	22,07%	12,49%
1979	34,22%	21,62%	12,58%
1980	36,49%	20,98%	12,58%
1981	36,11%	20,36%	11,89%
1982	35,50%	18,75%	13,18%
1983	39,76%	18,18%	11,38%
1984	35,96%	17,12%	14,53%
1985	37,94%	18,58%	12,20%
1986	36,53%	20,11%	12,37%
1987	35,82%	21,06%	12,17%
1988	37,29%	20,36%	12,56%
1989	36,72%	20,55%	12,51%
1990	34,89%	20,67%	12,59%
1991	32,91%	21,62%	13,69%
1992	33,98%	20,67%	14,16%
1993	33,83%	20,11%	14,19%
1994	33,33%	20,12%	14,69%
1995	32,45%	21,16%	15,13%
1996	32,19%	20,88%	15,26%
1997	32,47%	20,55%	15,43%
1998	32,52%	20,78%	15,80%
1999	32,93%	20,38%	15,28%
2000	33,44%	20,21%	14,43%
2001	33,22%	20,17%	13,72%
2002	34,10%	20,04%	13,31%

Fonte: Cavalcante, Luiz, 2008, p. 195.

4.1.2 A década de 1960: O centro industrial de Aratu

Já em um cenário marcado pelos incentivos concedidos pelo governo federal, através da SUDENE e pelos incentivos fiscais relativos ao então Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM), concedidos pelo governo estadual, em 1960 foi implantado na Bahia o Complexo Industrial de Aratu (CIA). Além dos incentivos fiscais, as empresas contaram com outros incentivos do governo estadual, por meio da implantação de infraestrutura destinada às instalações das indústrias, revitalização do acesso ao Porto de Aratu – este que é o principal porto de exportações de graneis líquidos e gasosos da região –, anéis rodoviários para acesso às indústrias e canais de escoamento, ferrovia e insumos indústrias, principalmente, água e energia.

O objetivo principal do governo com a implantação do CIA e a concessão destes incentivos foi o de atrair projetos voltados à produção de bens finais para a Bahia. Assim, a indústria nascente, essencialmente produtora de insumos agrícolas e minerais, que complementava a indústria de transformação das regiões Sul e Sudeste do país, passaria a contribuir para o desenvolvimento dos novos projetos industriais na produção de produtos com maior valor agregado no estado. Com a oferta destes incentivos, segundo Teixeira e Guerra (2000, p.90), “em 1969, havia 100 projetos aprovados pela SUDENE, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a se instalar”.

De acordo com Cavalcante (2008), “ao contrário da expectativa inicial, os projetos que se instalaram no CIA destinaram-se majoritariamente à produção de bens intermediários, e não à produção de bens finais”. Este cenário acabou por reforçar as características da produção industrial do estado, voltada para insumos intermediários, principalmente dos setores químicos e petroquímicos. Entretanto, como destacou Teixeira e Guerra (2000) todos esses investimentos foram importantes, pois criaram mais de 30 mil empregos diretos.

4.1.3 As décadas de 1970 e 1980: O complexo petroquímico de Camaçari e a consolidação industrial

Segundo Teixeira e Guerra (2000), foi a partir da década de 70 com a implantação do COPEC, que houve a consolidação do processo de industrialização da Bahia iniciado na

década de 1950; isto porque, definitivamente, a Bahia começou a perder seu perfil agroexportador, atrelada em grande medida a atividade cacaueteira e passou fortemente a ter uma estrutura produtiva inserida na matriz industrial brasileira, através da chamada “especialização regional”. De acordo com os autores, essa fase da industrialização do estado foi direcionada para os setores químico, petroquímico e metalúrgico, prioritariamente por três critérios:

- i) o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país, e como visto, já possuía uma refinaria. Tinha-se, assim, uma base técnica para a implantação do segundo pólo petroquímico brasileiro;
- ii) nos primeiros anos da década de 70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- iii) o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p.91).

Além das características mencionadas anteriormente, os incentivos financeiros direcionados pelo poder estatal foi de grande importância para a instalação do COPEC em Camaçari. Como pode ser visto na tabela 5, é notório o peso dos recursos de terceiros no financiamento do COPEC, 58,9% que representa R\$ 1,406 bilhões. Somente o BNDE representou 40,4% destes recursos, cerca de R\$ 965 milhões, ratificando a importância dos gastos do governo federal no desenvolvimento regional.

Tabela 5 – Fonte de financiamento dos investimentos nas empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari

Fonte	US\$ Milhões	Participação
Investimentos (recursos próprios)	979.571	41,1%
Petroquisa	279.146	11,7%
Parceiros locais (FIBASE) ⁶⁸	216.355	9,1%
Parceiros externos	81.320	3,4%
Concessões fiscais (FINOR, etc)	402.750	19,9%
Recursos financeiros (recursos de terceiros)	1.406.242	58,9%
BNDE	965.521	40,4%
Endossos do BNDE	180.743	7,6%
Outras fontes locais de financiamento	28.821	1,2%
Outras fontes externas de financiamento	231.157	9,7%
Total	2.385.813	100%

Fonte: Cavalcante, Luiz, 2008, p.89.

A implantação do COPEC trouxe profundas transformações no setor industrial do estado, segundo Teixeira e Guerra (2000) a taxa média do PIB baiano na década de 70 foi de 11,4% contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil. Como pode ser observado na figura 2 a participação relativa do setor primário no PIB setorial baiano caiu de 40% em 1960, para 16,4% em 1980. Por sua vez, no mesmo período, o setor secundário teve expressivo avanço em sua participação, que salta de 12% para 31,6%. Diante dos dados fica evidente que àquela época, a indústria química e petroquímica alcançou sua posição mais importante no setor industrial da Bahia.

Ainda de acordo com Teixeira e Guerra (2000, p. 91):

Esses reflexos poderiam ser ampliados se houvesse um maior inter-relacionamento com outros setores industriais situados a jusante da mesma. Na ausência de

segmentos produtores de bens finais na Bahia, parte substancial da produção petroquímica era, e ainda hoje é transformada fora do estado.

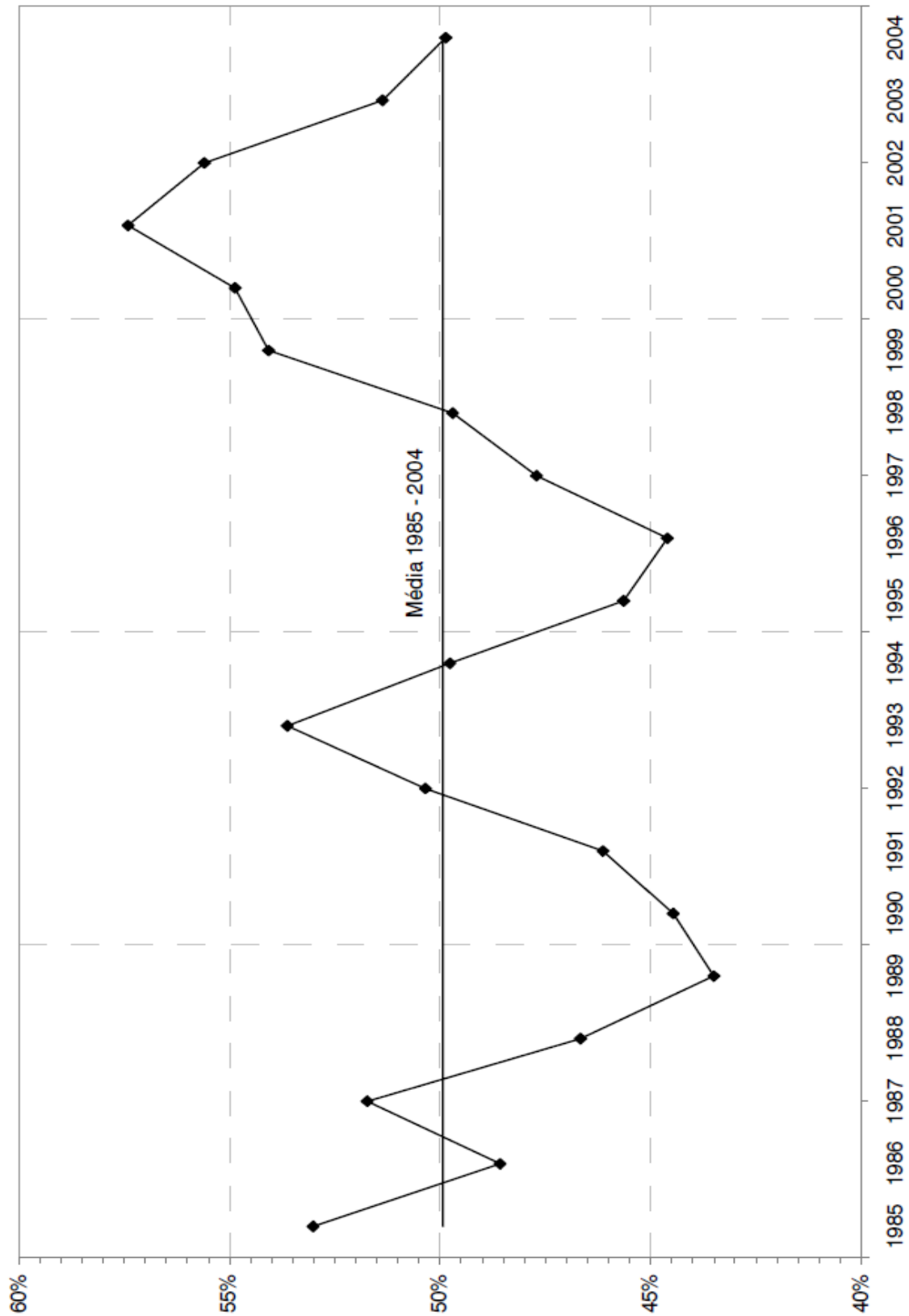
Concluindo-se esta seção, com a implantação da RLAM, do CIA e do COPEC a Região Metropolitana de Salvador (RMS), que compreende dez municípios, dentre os quais se destacam Salvador, Camaçari e São Francisco do Conde, consolidou-se como núcleo econômico do estado, ao abrigar as principais indústrias instaladas na Bahia.

4.1.4 A década de 1990 e a primeira década do século XXI: da competição fiscal a produção de bens finais

Na década de 1980 a crise fiscal minimizou a evolução industrial do Brasil e, nos anos 1990, com a adoção do receituário neoliberal pelo governo nacional, vieram as privatizações, desregulamentação do Estado e a consequente exposição da economia brasileira à concorrência internacional e à derrocada do ciclo expansivo da industrialização do país. A Bahia como parte integrante e acessória da indústria do país, principalmente da economia da região Sudeste também teve seu ciclo de expansão industrial interrompido. Conforme demonstrou Cavalcante (2008), esse fenômeno surgiu como consequência da crise fiscal e financeira que se abateu no país e marcou o desmantelamento das instituições governamentais que davam suporte ao desenvolvimento regional. Mas o pano de fundo foi a crise da dívida externa.

Com o esgotamento do modelo de desenvolvimento regional, apoiado, quase que exclusivamente no financiamento das instituições governamentais, fazia-se necessário buscar novas formas de financiamento para o desenvolvimento industrial da Bahia; porém, agora baseado na produção de bens finais, de maior valor agregado. Era de grande importância dar um novo sentido à industrialização da Bahia, pois o desafio a ser enfrentado era o de se reduzir a concentração setorial que ficava evidente ao se levar em consideração que, desde o período em que os investimentos do COPEC (em meados da década de 1980), o setor químico /petroquímico passou a responder por cerca da metade da estrutura da indústria de transformação do estado, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Participação do setor químico no valor agregado bruto da transformação industrial na Bahia, 1985–2004



Fonte: Cavalcante, Luiz, 2008, p.125.

Esse cenário reforçou o discurso de políticos e estudiosos (na década de 1990) da necessidade de haver um maior grau de integração vertical de cadeias de produção na Bahia, especialmente através do estímulo à produção de bens finais¹¹.

Como foi descrito por Ferreira Jr., Freitas e Mota (2008, p. 176):

Durante os anos 90, passou a fazer parte do desenvolvimento do Estado a estratégia de integração vertical de cadeias de produção, com a implantação de indústrias produtoras de bens finais que fossem capazes de aproveitar a oferta estadual de produtos agropecuários e bens industriais intermediários. (...) Portanto, colocou-se em destaque uma estratégia que já era apresentada em anos anteriores como alternativa adicional para o desenvolvimento da Bahia.

Nesse cenário, de redução do financiamento do Estado para o desenvolvimento regional, os estados brasileiros começaram a disputar, acirradamente, com a redução de impostos, principalmente, o ICMS, para atrair grandes projetos. Essa disputa fiscal que se desencadeou na década de 1990 ficou conhecida como “guerra fiscal”. Segundo Rocha (2004, p. 21):

Contudo, o tema da “guerra fiscal” só explode na mídia e no meio acadêmico e político na década de 90 com o advento da disputa dos vultosos investimentos da indústria automobilística, que, ademais, foram bastantes concentrados no tempo, o que os tornou mais notórios.

No território Baiano, o principal instrumento fiscal para atração de investimentos no decorrer da década de 1990 foi o Programa de Desenvolvimento da Bahia (Probahia), criado em 1991. No Quadro 2 abaixo estão listados a quantidade de projetos aprovados no estado com o apoio do Probahia. Segundo Cavalcante (2008, p.132) “não há dúvidas que o Probahia foi o principal instrumento utilizado pelo governo do estado para atrair investimentos em um contexto marcado pela competição fiscal ao longo da década de 1990”.

¹¹ Como frisou Calvacante (2008, p.126) “essa estratégia já estava delineada em trabalhos de Rômulo Almeida, publicados ainda na década de 1970, (...), e, em 1991, documento publicado pelo então Centro de Projetos e Estudos (BAHIA, 1991)”.

Quadro 2 – Probahia: projetos aprovados 1992–1999

Ano	Número de projetos	Mão-de-obra	Investimento	Geração de ICMS	Financiamento
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	97.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
1997	17	1.000	341.295	402.914	164.014
1998	52	20.385	850.981	1.030.556	216.113
1999	14	821	125.948	63.835	24.937
Total	238	37.005	2.701.929	2.756.819	922.647

Fonte: Cavalcante, Luiz, 2008, p.131.

Dentre os projetos aprovados os mais relevantes foram os que permitiram a instalação das indústrias de calçados, o Pólo de Informática em Ilhéus e, principalmente, o Complexo Industrial Ford Nordeste (CIFN), haja vista que estes projetos alcançaram o objetivo principal estabelecido pelas autoridades governamentais que foi de trazer (atrair) para a Bahia indústrias especializadas na produção de bens finais. Teixeira e Guerra (2000) afirmaram:

Desse conjunto de investimentos, é o Projeto Amazon da FORD, de US\$ 1,2 bilhão, que alimenta a atual fase de euforia, pois a instalação de um complexo produtor de automóveis abre perspectivas para uma maior integração da indústria local – que se encontra, atualmente, fortemente concentrada em bens intermediários – em direção aos bens de consumo duráveis de alto valor agregado. Tal integração pode lançar essa indústria em uma nova fase de crescimento, voltado não só para mercados externos. O cronograma do projeto prevê a saída dos primeiros veículos da linha de montagem em janeiro de 2002, sendo que, ao final daquele ano, a planta deverá estar produzindo 150 mil veículos, número que saltará para 250 mil em 2004 (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 95-96).

O Projeto Amazon é baseado em uma nova concepção de organização industrial, denominada “condomínios industriais”. Nesse sentido o empreendimento trouxe dinamismo e competitividade à economia do estado. Conforme mostrou Ferreira Jr., Freitas e Mota (2008, p. 182):

A indústria da Ford instalada na Bahia pressupõe uma hierarquização de fornecedores em diferentes níveis. Envolve os encarregados pela entrega de sistemas e peças completas (sistemitas ou fornecedores da primeira linha) à montadora, os produtores de peças e componentes que fornecem aos sistemitas ou fornecedores de matérias-primas, considerados de terceira e quarta linha. Com isso, estima-se que 60% do valor agregado ao longo da cadeia de produção seja realizado na Bahia.

A partir dos anos 2000, como mencionado anteriormente, a Bahia recebeu importantes investimentos no setor automobilístico e de metalurgia. No Extremo Sul do Estado, aproveitando as vantagens competitivas encontradas pela excelente produtividade do solo para o cultivo de eucalipto na região, foram implantadas importantes indústrias de celulose¹², iniciando em larga escala a produção de pasta básica, quase que exclusivamente voltada para a exportação. De acordo com Cavalcante (2008, p.133) “(...), os incentivos adotados não deixaram de reforçar a produção de bens intermediários especialmente no que diz respeito aos investimentos que ocorreram no setor petroquímico”.

¹² Segundo a Associação Brasileira de Celulose (BRACELPA), em 2009, a Bahia era o segundo maior produtor de pasta de celulose do Brasil, com uma parcela de 17% de participação na produção nacional.

5 AS REPERCUSSÕES DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL SOBRE A BAHIA

Como descrito no capítulo anterior, a industrialização da Bahia ocorreu tendo como base as indústrias produtoras de *commodities* intermediárias (agrícolas e minerais), produtos estes usados como insumos na produção de bens finais, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

Na Tabela 6 observa-se que a taxa média de crescimento da indústria do estado teve queda de 5,2 p.p entre meados da década de 1970 e a década de 2000. Esta queda ocorreu como reflexo da maturação dos investimentos ocorridos no setor industrial do estado e, principalmente, das políticas econômicas adotadas pelo Estado nacional que impactaram fortemente a indústria nascente na Bahia. O setor de serviços também teve seu crescimento reduzido no período analisado, queda de 2,8 p.p, entretanto, relativamente, sua queda foi menor do que a observada pelo setor industrial. Em contrapartida à tendência de queda dos demais setores, a agropecuária obteve crescimento de 3,5 p.p no período em questão.

Tabela 6: Taxa média de crescimento dos grandes setores de atividade do PIB por período – Bahia – 1975-2010

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços
1975 – 1986	2,4	8,9	6,4
1986 – 1992	-0,9	-1,2	2,0
1992 – 2000	2,3	2,1	2,9
2000 – 2010	5,9	3,7	3,6

Fonte: Pessoti; Silva, 2011, p.17.

Em relação à composição setorial na participação do PIB baiano, observa-se de acordo com a Tabela 7 o peso da indústria e sua importância na composição do PIB do estado. A indústria em 1960 representava 12,0% do PIB, em 1986 chegou a apresentar participação de aproximadamente 43,2%, e em 2010, último ano da série teve participação de 32,2%. Esses resultados são reflexos das políticas industriais desenvolvidas pelo poder estatal, em que se destacaram a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), além do amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros que possibilitou a instalação do Complexo Industrial Ford Nordeste (CIFN) no estado.

O setor de serviços manteve-se como setor mais representativo em todos os anos analisados, tendo em 2010, 59,2% de participação, crescimento de 11,2 p.p em relação a ano de 1960. Já a agropecuária teve reduzida sua participação de 40,0% em 1960 para 8,6% em 2010, assim evidenciando a mudança estrutural no conjunto da economia baiana.

Tabela 7: Composição setorial do PIB – Bahia – períodos selecionados

Anos	Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	8,8	28,9	62,3
2010	8,6	32,2	59,2

Fonte: Pessoti; Silva, 2011, p.20.

Analisando-se a participação dos grandes setores industriais no conjunto da economia (Tabela 8), nota-se que em 1990, período que iniciou a maior exposição do Brasil ao comércio exterior (adoção do receituário neoliberal), a indústria de transformação da Bahia tinha 24,2% de participação no PIB e, no final da década de 2000 passou a ter 15,6% (queda de 8,6 p.p). Apesar da queda, a indústria de transformação manteve-se como principal setor industrial, de representatividade, no valor adicionado do PIB baiano.

Tabela 8: Estrutura do PIB por grandes setores – BAHIA – 1990, 1995, 2002, 2005 e 2010

Ano	Agropecuária	INDÚSTRIA				Serviços	Total
		Transformação	Extrativa	Constr. Civil	SIUP		
1990	10,4	24,2	n/d	7,5	3,9	54,0	100,0
1995	13,6	19,5	n/d	10,4	3,4	53,1	100,0
2002	10,5	15,9	1,3	7,2	4,4	60,7	100,0
2005	8,6	16,9	1,7	8,2	5,4	59,2	100,0
2010	7,2	15,6	1,7	8,4	4,6	62,5	100,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013.

Outro importante indicador apontado pela literatura econômica sobre a desindustrialização, como visto no capítulo introdutório, é a maneira como o emprego formal é distribuído no conjunto de uma economia. No que tange à Bahia (Tabela 9), o setor de serviços concentra a

maior parcela de geração de empregos formais no estado. Em 2002, 79,9% da geração de empregos ocorreu no setor, em 2010 o setor apresentou uma leve queda, correspondendo a 77,2% do total. O setor industrial surge como o segundo gerador de empregos formais no estado; em 2002, representava 8,8% do total e em 2010 cresceu em 87,3%, representando 10,1% do total. Observa-se que em termos absolutos a indústria de transformação é a maior geradora de empregos no total da indústria e em termos relativos obteve no período o maior crescimento na área industrial. A agropecuária em 2010 representou 4,4% do estoque formal de empregos do estado, com queda de 1 p.p em relação a 2002.

Tabela 9 – Estoque de emprego formal por setores econômicos

Setores	2002		2010		Var.%
	Empregados	%	Empregados	%	2002/2010
TOTAL	1.309.717	100,0	2.139.232	100,0	63,3
AGROPECUÁRIO	71.069	5,4	94.157	4,4	32,5
INDÚSTRIA	192.263	14,7	393.195	18,4	104,5
Extrativa Mineral	8.966	0,7	12.924	0,6	44,1
Ind. De Transformação	115.711	8,8	216.783	10,1	87,3
Outros da Indústria	67.586	5,2	163.488	7,6	141,9
SIUP	9.825	0,8	10.014	0,5	1,9
Construção	57.761	4,4	153.474	7,2	165,7
SERVIÇOS	1.046.385	79,9	1.651.880	77,2	57,9

Fonte: Vaz de carvalho; Figueirôa; Filgueiras, 2012, p. 327.

Analisando-se a pauta de exportações da Bahia no limiar dos anos 2000 até o ano de 2012, sobre a ótica dos dez principais produtos exportados, observa-se que o perfil do comércio exterior da economia baiana manteve-se na comercialização de produtos semiacabados de baixo valor agregado. No ano 2000 (Tabela 10), os dez principais produtos exportados pelo estado representavam 42,3% das exportações da Bahia. Destes, observa-se, claramente, a concentração nas *commodities* intermediárias.

Tabela 10 – Perfil das exportações (dez principais produtos) – Bahia – 2000

	Descrição	US\$ F.O.B	Part.
Total principais produtos		802.662.891	41,3%
1º	Pasta quim.madeira de n/conif.a soda/sulfato, semi/branq	173.044.140	8,9%
2º	Fuel-oil (óleo combustível)	164.674.443	8,5%
3º	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	78.203.010	4,0%
4º	Fios de cobre refinado, maior dimensão da sec.transv>6mm	74.040.515	3,8%
5º	Pasta química de madeira, para dissolução	63.439.804	3,3%
6º	Benzeno	55.236.003	2,8%
7º	Etilenoglicol (etanodiol)	54.684.295	2,8%
8º	Outs.papéis/cartões, fibra proc.mec.<=10%, 40<=p<=150g/m2	53.386.962	2,7%
9º	Éter metil-ter-butílico (mtbe)	51.283.836	2,6%
10º	Manteiga, gordura e óleo, de cacau	34.669.883	1,8%
Total Demais Produtos		1.141.117.451	58,7%
Total Geral		1.943.780.342	100,0%

Fonte: Brasil, 2013.

Em 2012 (Tabela 11) os dez principais produtos exportados pelo estado representaram 78,3% da pauta de exportação. Entretanto, retirando-se os automóveis e seus componentes que a partir dos anos 2000 aumentaram suas participações na pauta de exportação do estado como consequência da instalação do CIFN, a representatividade dos principais produtos cai para 71,2%. Apesar da queda evidencia-se o aumento da concentração das exportações baianas na produção de produtos de baixo valor agregado. Apesar da introdução de alguns bens finais (automóveis), há um crescimento em 28,9 p.p na concentração de produtos pouco diferenciados na pauta de exportação do estado.

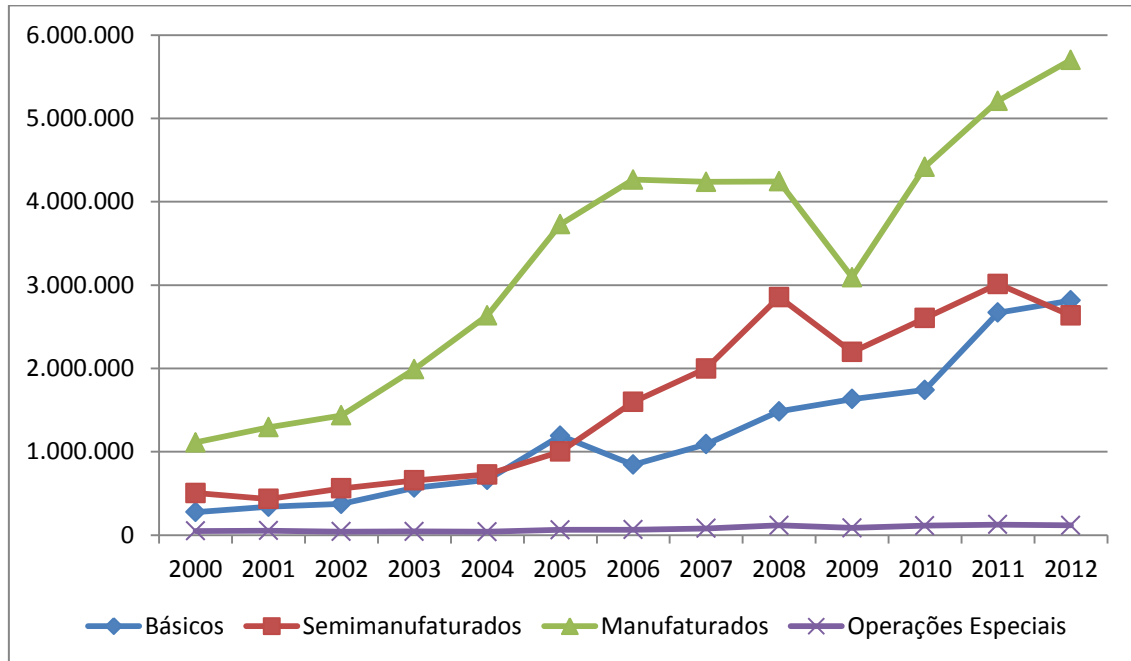
Tabela 11 – Perfil das exportações (dez principais produtos) – Bahia – 2012

	Descrição	US\$ 1.000 F.O.B	Part.
Principais produtos		6.698.432.776	78,3%
1º	"Fuel-oil"	2.016.388.704	23,6%
2º	Pasta quim.madeira de n/conif.a soda/sulfato, semi/branq	1.213.343.096	14,2%
3º	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	835.782.757	9,8%
4º	Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	626.212.305	7,3%
5º	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	488.975.375	5,7%
6º	Plataformas de perfuração/exploração, flutuantes, etc.	381.772.733	4,5%
7º	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, ate 6 passag	369.604.976	4,3%
8º	Pasta química de madeira, para dissolução	305.691.015	3,6%
9º	Pneus novos para automóveis de passageiros	235.955.349	2,8%
10º	P-xileno	224.706.466	2,6%
Total dem ais produtos		1.861.116.906	21,7%
Total geral		8.559.549.682	100,0%

Fonte: Brasil, 2013.

Classificadas segundo o fator agregado as exportações baianas são fortemente representadas por produtos manufaturados e semimanufaturados como pode ser visto no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Exportações da Bahia por fator agregado – 1991-2012



Fonte: BRASIL, 2013.

No capítulo anterior foi visto que, a partir dos anos 1990, as políticas industriais focadas na isenção e/ou redução de impostos para a atração de novas indústrias, principalmente das produtoras de bens finais, foi o grande objetivo do governo estadual. Como pode ser observado na Tabela 12 os investimentos realizados na Bahia entre 2000-2010 atingiu esse objetivo ao trazer novas empresas produtoras de bens finais para o território baiano, como é o caso da FORD em que os investimentos realizados representaram 8,2% do total. Entretanto, também foram realizados investimentos que reforçaram as características da indústria baiana na produção de *commodities* intermediárias, os investimentos no setor de Papel e Celulose corresponderam a 44,9% do total, obtendo o maior aporte de recursos.

Os investimentos realizados na indústria baiana na primeira década do século XXI foram de grande importância para diversificar a produção industrial do estado, pois alguns produtos finais começaram a ser produzidos no território, agregando valor e aumentando a quantidade de empregos industriais no estado, como apontou Pessoti e Silva (2011, p. 29):

Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes. Desta forma, vieram para a Bahia, entre 2000 e 2010, diversas indústrias de diversas áreas atraídas pelas isenções fiscais. Dentre elas, destacam-se, seja pelo valor agregado: a FORD e seus sistematistas de produção; a Veracel Celulose, atualmente maior produtora de celulose do mundo; a Monsanto, com produção de fertilizantes; e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma ‘interiorização’ pelo território baiano, ainda que de maneira pouco desconcentrada.

Tabela 12 – Investimentos realizados por atividade econômica – Bahia – 2000-2010

Atividade Econômica	Volume (R\$ 1,000)	part.	Empresas	Emprego direto
Agroindústria	5.041.000	0,0%	1	30
Alimentos e bebidas	2.251.095.095	5,3%	136	29.724
Artefatos de couro e calçados	871.283.252	2,0%	80	41.419
Borracha e plástico	2.061.448.844	4,8%	108	12.022
Construção	807.000.000	1,9%	4	1.800
Edicação, impressão e gravações	8.500.000	0,0%	1	56
Eletricidade, gás e água quente	1.551.086.000	3,6%	7	343
Equip. médicos, ópticos, de automação e precisão	35.446.491	0,1%	8	1.685
Ext. de minerais não metálicos	20.000.000	0,0%	1	20
Ext. de petróleo e serviços correlatos	93.400.000	0,2%	2	-
Fab. E montagem de veículos automotores	3.515.000.000	8,2%	1	5.000
Fumo	13.974.260	0,0%	3	280
Máq. Escritório e equip. informática	159.386.308	0,4%	52	3.136
Máq. Aparelhos e materiais elétricos	59.720.000	0,1%	5	880
Maq. E equipamentos	436.246.586	1,0%	21	3.546
Mat. Eletrônico e equip. de comunicações	169.685.470	0,4%	23	4.866
Metalurgia básica	891.064.463	2,1%	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	1,5%	40	5.627
Móveis e indústrias diversas	338.336.756	0,8%	34	11.512
Outros	2.480.000	0,0%	1	52
Outros equip. de transporte	16.940.370	0,0%	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	44,9%	28	14.411
Peças e acessórios veículos automotores	463.079.726	1,1%	19	2.414
Pesca, aquicultura	45.500.000	0,1%	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	0,1%	6	418
Produtos de madeira	459.175.464	1,1%	6	399
Produtos de metal - exclusive máq. E equip.	463.710.423	1,1%	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	16,9%	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	0,1%	8	313
Têxtil	779.294.742	1,8%	33	6.077
Vestuário e acessórios	91.883.339	0,2%	13	3.892
Total	42.711.165.710	100,0%	818	163.682

Fonte: Pessoti; Silva, 2011, p.30.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, a partir da exposição dos conceitos de desindustrialização e reprimarização, com base no debate atual e nas estatísticas oficiais utilizadas, constatou-se que a economia brasileira passa por um processo de desindustrialização e reprimarização – no contexto de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Neste, em razão da apreciação do câmbio, a indústria perde competitividade por consequência da ascensão dos setores intensivos em recursos naturais na pauta de exportação, no PIB e na geração de empregos.

A Bahia, como umas das unidades federativas que compõe o país não tem controle sobre as variáveis macroeconômicas e suas políticas industriais estão atreladas as políticas econômicas elaboradas em âmbito nacional. Com o apoio das políticas de desenvolvimento regional, foram implantados importantes projetos para industrializar o estado. Dentre os quais se destacam a Refinaria Landulpho Alves (RLAM, 1950), o Centro Industrial de Aratu (CIA, 1960) e o Complexo Industrial de Camaçari (COPEC, 1970). Esses projetos, com o incentivo do poder estatal, foram implantados na Bahia e transformaram a economia de um modelo primário-exportador para um modelo industrial. Porém, a indústria nascente no estado está atrelada à produção de *commodities* intermediárias (agrícolas e minerais), em matérias-primas que são utilizadas na produção de bens finais fora do estado.

O novo modelo de desenvolvimento brasileiro de desindustrialização e reprimarização da economia – apesar da Bahia possuir alguns projetos automotivos e de pneus –, aprofunda as características da economia do estado, produtora de insumos básicos e *commodities* intermediárias. Como a desindustrialização também afeta fortemente as economias das regiões Sul e Sudeste do país, um dos principais destinos da produção industrial baiana, e pela falta de uma matriz industrial produtora de bens finais diversificada no estado, as *commodities* industriais produzidas também são exportadas para o mercado internacional.

Com as características mencionadas sobre o perfil da indústria baiana, ficou claro que a economia baiana é parte integrante do novo processo de desenvolvimento nacional, haja vista que a mesma faz parte da divisão nacional do trabalho, integrando-se e interagindo na produção de *commodities* (agrícolas e minerais) e de bens intermediários que são utilizados na produção de bens acabados no mercado nacional e internacional. Nesse sentido a economia

baiana reforça o processo de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, sendo um espaço da acumulação capitalista conectada ao grande capital financeiro nacional e internacional.

Em suma, a economia baiana depende dos estímulos do governo federal para desenvolver a indústria do estado, porém o governo estadual pode elaborar algumas políticas que visem reduzir o “Custo Brasil” e incentivar a atração de novos investimentos para o estado. Como por exemplo, melhorar a infraestrutura (portos, aeroportos e rodovias) que compõe um dos principais entraves para o desenvolvimento industrial e aumentar a oferta de vagas em cursos profissionalizantes nas escolas estaduais para uma melhor qualificação da mão-de-obra. Ainda assim é de extrema importância à retomada dos investimentos (e incentivos) federais para atrair grandes conglomerados industriais e desenvolver a produção de bens finais e de tecnologia de ponta, para desencadear uma nova mudança estrutural na matriz industrial da Bahia, calcada no novo paradigma tecnológico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rômulo. **Rômulo voltado para o futuro**. Fortaleza: BNB, 1986.
- BARBOSA, Rubens. “Só 4 ou 5 produtos representam 70% das exportações”. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,so-4-ou-5-produtos-representam70-das-exportacoes-,878867,0.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2013.
- BELLUZO, L. Gonzaga. **Os desafios da (re) industrialização**. Disponível em: < <http://www.comexblog.com.br/clipping-comex/os-desafios-da-reindustrializacao> > Acesso em: 8. mar. 2012.
- BONELLI, Regis. **Industrialização e desenvolvimento**: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. Disponível em: < http://www.ecostrat.net/files/IND_E_DESEN.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior. Secretaria do Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 117-153.
- CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, n. 200, jan. 2012.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria**: a economia baiana na segunda metade do século XX. Salvador: FIEB, 2008. 204 p.
- FERREIRA JR., Hamilton; FREITAS, Lúcio; MOTA, Fábio. Em direção a uma integração virtuosa: O caso da economia baiana. In: AMARAL FILHO, Jair do; CARRILHO, Jorge (Org.). **Trajetórias de desenvolvimento regional**: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México. Rio de Janeiro: E-papers, 2011, p. 169-192.
- FILGUEIRAS, Luiz et al. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. **Revista Desenbahia**, Salvador, v.9, n.17, pp. 119-154, set. 2012.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 61-94.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Reprimarização faz economia brasileira retroceder**. Disponível em < http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3405&secao=338 > Acesso em: 17 jun. 2012.
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, salvador, v. 10 n. 1, p. 87-98 jul. 2000.
- IBGE. **Contas Nacionais**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 27 jun. 2013.

IEDI. **A dupla assimetria do câmbio e os efeitos sobre a indústria brasileira**. 2012a (Carta IEDI, n. 516). Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 8 jun. 2013.

IEDI. **O déficit nos bens da indústria de transformação**. 2012b. (Carta IEDI, n. 503). Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em 8 jun. 2013.

IPEADATA. **Base de dados macroeconômicos**, IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

LEMONICA, Marcos; FEIJÓ, Carmen. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, pp. 118-138, jan. mar. 2012.

LINS, Vinicius. **Doença Holandesa: Evolução de um Conceito**. 2012. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 2012.

MARQUETTI, Adalmir A. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 103-124, 2002.

NAKAHODO, Sidney; JANK, Marcos. **A falácia da doença holandesa no Brasil**. São Paulo: Instituto do Comércio e Negociações Internacionais, mar. 2006. (Documento de Pesquisa)

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-108.pdf> Acesso em: 8. mar.2012.

OREIRO, José Luís; ARAÚJO, Eliane. Câmbio e contas externas: uma análise e perspectivas. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A12, 18 out. 2010.

OREIO, José Luís; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, pp. 219-232, abr. jun. 2010.

PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. São Paulo: FIESP, 2005.

PESSOTI, Gustavo; SILVA, Denis. Análise dos ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. **Revista Desenhavia**, Salvador, v. 8, n. 15, p. 7-36, set. 2011.

PUGA, Fernando Pimentel; BORÇA JR., Gilberto. Perspectivas de investimentos na indústria 2011-2014. **Visão do Desenvolvimento**, n. 91, p.1-7, 25 fev. 2011.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 104.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade and deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, 1999.

SOUZA, Celina. Sistema estadual de planejamento. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.1, n.2, p.68-73, set. 1991.

SPINOLA, Noéleio. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Universidade Salvador, 2003.

TREGENNA, Fiona. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, n. 3, mai. 2009.

VAZ DE CARVALHO JR., Cesar; FIGUEIRÔA, Edmundo; FILGUEIRAS, Luiz. O processo de desindustrialização na economia brasileira e o seu impacto e significado no estado da Bahia. In: PESSOTI, Gustavo; WANDERLEY, Lívio (Org.). **Reflexões de economistas baianos 2012**. Salvador: CORECON-BA, 2013. p. 303-332